MUSSALIM, F. Análise do Discurso. In.: MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. (orgs.) Introdução à Linguística: domínios e fronteiras. Vol. 2. 8ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012. pp. 113-165.

4

ANÁLISE DO DISCURSO*

Fernanda Mussalim

1. A GÊNESE DA DISCIPLINA

1.1. Estruturalismo, marxismo e psicanálise: um terreno fecundo

Falar em Análise do Discurso pode significar, num primeiro momento, algo vago e amplo, já que toda produção de linguagem pode ser considerada "discurso". No entanto, a Análise do Discurso de que vamos falar neste capítulo trata-se de uma disciplina que teve sua origem na França na década de 1960.

Para entender a gênese dessa disciplina é preciso compreender as condições que propiciaram a sua emergência. Maldidier (1994) descreve a fundação da Análise do Discurso através das figuras de Jean Dubois e Michel Pêcheux. Dubois, um linguista, lexicólogo envolvido com os empreendimentos da Linguística de sua época; Pêcheux, um filósofo envolvido com os debates em torno do marxismo, da psicanálise, da epistemologia. O que há de comum no trabalho desses dois pesquisadores com preocupações distintas é que ambos são tomados pelo

* Agradecemos a Sírio Possenti, a Anna Christina Bentes, a Edwiges Morato, a Claudia Bertelli Reis e a Cleudemar Alves Fernandes pelas contribuições a este texto.

espaço do marxismo e da política, partilhando convicções sobre a luta de classes, a história e o movimento social.

É, pois, sob o horizonte comum do marxismo e de um momento de crescimento da Linguística — que se encontra em franco desenvolvimento e ocupa o lugar de ciência piloto — que nasce o projeto da Análise do Discurso (doravante AD). O projeto da AD se inscreve num objetivo político, e a Linguística oferece meios para abordar a política. Vamos compreender de que maneira.

Na conjuntura estruturalista, a autonomia relativa da língua é unanimemente reconhecida. Isso porque, devido ao recorte que as teorias estruturalistas da linguagem fazem de seu objeto de estudo — a língua —, torna-se possível estudá-la a partir de regularidades e, portanto, apreendê-la na sua totalidade (pelo menos é nisso que crê o estruturalismo), já que as influências externas, geradoras de irregularidades, não afetam o sistema por não serem consideradas como parte da estrutura. A língua não é apreendida na sua relação com o mundo, mas na estrutura interna de um sistema autônomo. Daí "estruturalismo": é no interior do sistema que se define, que se estrutura o objeto, e é este objeto assim definido que interessa a esta concepção de ciência em vigor na época.

Um exemplo. O estruturalismo de vertente saussureana[1] define as estruturas da língua em função da relação que elas estabelecem entre si no interior de um mesmo sistema linguístico. Essa relação é sempre binária — ou seja, os elementos do sistema são sempre tomados dois a dois — e se organiza a partir do critério diferencial, que determina que todos os elementos do sistema se definem negativamente. Tomando como pares os fonemas [p] e [b], para citar um exemplo no nível fonológico, pode-se dizer que, quanto ao traço de sonoridade, [p] se define com relação a [b] por ser [-vozeado], ou seja, [b] é um fonema vozeado enquanto [p] é desvozeado. Por sua vez, tomando como pares os fonemas [p] e [t], quanto ao lugar de articulação, pode-se dizer que [p] se define como [-dental][2] em relação a [t]. Nessa mesma vertente, o significado também é definido a partir de uma relação de diferenças no interior do sistema.[3] Por exemplo, o signo linguístico "homem" se define em relação ao signo linguístico "mulher",

1. Remetemos o leitor à obra de Saussure (1916/1974), *Curso de linguística geral*, considerada a obra fundadora da Linguística moderna por possibilitar uma abordagem da língua a partir de suas regularidades e, assim, defini-la como um objeto passível de análise científica, para os padrões de cientificidade da época.

2. A respeito das classificações dos fonemas, remetemos o leitor aos capítulos "Fonética" e "Fonologia", no volume 1 desta obra.

3. Remetemos o leitor ao capítulo "Semântica", neste mesmo volume.

do ponto de vista dos traços semânticos, por ser [-feminino]; por sua vez, com relação ao signo linguístico "cachorro", o signo "homem" se define por ser [-quadrúpede], e assim por diante.

A Linguística, assim, acaba por se impor, com relação às ciências humanas, como uma área que confere cientificidade aos estudos, já que esses deveriam passar por suas leis (é nesse sentido que ela se torna uma ciência piloto), em vez de agarrarem-se diretamente a instâncias socioeconômicas.[4] É nesse horizonte que se inscreve, por exemplo, o projeto do filósofo Althusser, como afirma Maingueneau (1990): "a linguística caucionava tacitamente a linha de horizonte do estruturalismo na qual se inscreve o procedimento althusseriano".[5]

Em *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado* (1970/1974), Althusser, fazendo uma releitura de Marx, distingue uma "teoria das ideologias particulares", que exprimem posições de classes, de uma "teoria da ideologia em geral", que permitiria evidenciar o mecanismo responsável pela reprodução das relações de produção, comum a todas as ideologias particulares. É nesse último aspecto que reside o interesse do autor.

Ao propor-se a investigar o que determina as condições de reprodução social, Althusser parte do pressuposto de que as ideologias têm existência material, ou seja, devem ser estudadas não como ideias, mas como um conjunto de práticas materiais que reproduzem as relações de produção. Trata-se do materialismo histórico, que dá ênfase à materialidade da existência, rompendo com a pretensão idealista da ciência de dominar o objeto de estudo, controlando-o a partir de um procedimento administrativo aplicável a um determinado universo, como se a sua existência se desse no nível das ideias. Para o materialismo, "o objeto real (tanto no domínio das ciências da natureza como no da história) existe independentemente do fato de que ele seja conhecido ou não, isto é, independentemente da produção ou não produção do objeto do conhecimento que lhe corresponde".[6]

Um exemplo: no modelo econômico do capitalismo (considerando aqui a concepção clássica de capitalismo, tal como ele foi compreendido pelas teorias

---

4. Löwy (1988) faz um interessante estudo da história das ciências sociais. Remetemos o leitor à sua obra para compreender como as vertentes filosóficas — positivismo, historicismo, marxismo — nortearam os critérios de cientificidade de cada época, critérios que, por sua vez, nortearam os propósitos, os estudos e os métodos nas ciências humanas.

5. Maingueneau, D. Análise do Discurso: a questão dos fundamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas: Unicamp- IEL, n. 19, jul./dez., 1990. p.68.

6. Pêcheux, M. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1988, p. 74. (título original: *Les vérites de la Palice*, 1975)

marxistas), as relações de produção implicam divisão de trabalho entre aqueles que são donos do capital e aqueles que vendem a mão de obra. Esse modo de produção é a base econômica da sociedade capitalista. Na metáfora marxista do edifício social, a base econômica é chamada de infraestrutura, e as instâncias político-jurídicas e ideológicas são denominadas superestrutura. Valendo-se dessa metáfora, Althusser levanta a necessidade de se considerar que a infraestrutura determina a superestrutura (materialismo histórico), ou seja, que a base econômica é que determina o funcionamento das instâncias político-jurídicas e ideológicas de uma sociedade. A ideologia — parte da superestrutura do edifício —, portanto, só pode ser concebida como uma reprodução do modo de produção, uma vez que é por ele determinada. Ao mesmo tempo, por uma "ação de retorno" da superestrutura sobre a infraestrutura, a ideologia acaba por perpetuar a base econômica que a sustenta. Nesse sentido é que se pode reconhecer a base estruturalista da teoria de Althusser, na medida em que a infraestrutura determina a superestrutura e é ao mesmo tempo perpetuada por ela, como um sistema cuja circularidade faz com que seu funcionamento recaia sobre si mesmo.

Como modo de apreensão do funcionamento da ideologia, o conceito de *aparelhos ideológicos* de Althusser é bastante esclarecedor. Retomando a teoria marxista de Estado, o autor afirma que o que tradicionalmente se chama de Estado é um aparelho repressivo do Estado (ARE), que funciona "pela violência" e cuja ação é complementada por instituições — a escola, a religião, por exemplo —, que funcionam "pela ideologia" e são denominadas *aparelhos ideológicos de Estado* (AIE). Pela maneira como se estruturam e agem esses aparelhos ideológicos — por meio de suas práticas e de seus discursos — é que se pode depreender como funciona a ideologia (trata-se sempre, para Althusser, do funcionamento da ideologia dominante, pois mesmo que as ideologias apresentadas pelos AIE sejam contraditórias, tal contradição se inscreve no domínio da ideologia dominante).

A Linguística, então, aparece como um horizonte para o projeto althusseriano da seguinte maneira: como a ideologia deve ser estudada em sua materialidade, a linguagem se apresenta como o lugar privilegiado em que a ideologia se materializa. A linguagem se coloca para Althusser como uma via por meio da qual se pode depreender o funcionamento da ideologia.

Poderemos agora melhor compreender a afirmação de Maingueneau (1990) anteriormente citada — "a linguística caucionava tacitamente a linha de horizonte do estruturalismo na qual se inscreve o procedimento althusseriano" — e entender também por que é que, como já foi dito, presidem o nascimento da AD o marxismo e a Linguística. O projeto althusseriano, inserido em uma tradição

marxista que buscava apreender o funcionamento da ideologia a partir de sua materialidade, ou seja, por meio das práticas e dos discursos dos AIE, via com bons olhos uma Linguística fundamentada sobre bases estruturalistas. Mas uma Linguística saussureana, uma Linguística da língua, não seria suficiente; só uma teoria do discurso, concebido como o lugar teórico para o qual convergem componentes linguísticos e socioideológicos, poderia acolher esse projeto.

É neste contexto que nasce o projeto da AD. Michel Pêcheux, apoiado numa formação filosófica, desenvolve um questionamento crítico sobre a Linguística e, diferentemente de Dubois, não pensa a instituição da AD como um progresso natural permitido pela Linguística, ou seja, não concebe que o estudo do discurso seja uma passagem natural da Lexicologia (estudo das palavras) para a Análise do Discurso. A instituição da AD, para Pêcheux, exige uma ruptura epistemológica, que coloca o estudo do discurso num outro terreno em que intervêm questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito. Assim é que, como afirma Maldidier (1994), o objeto discurso de que se ocupa Pêcheux em seu empreendimento "não é uma simples 'superação da Linguística saussuriana'".[7]

A Linguística saussureana, fundada sobre a dicotomia língua/fala[8] — a primeira concebida como sistêmica, por isso objetivamente apreendida; a segunda, não objetivamente apreendida por variar de acordo com os diversos falantes, que selecionam parte do sistema da língua para seu uso concreto em determinadas situações de comunicação —, permitiu a constituição da Fonologia, da Morfologia e da Sintaxe, mas não foi, segundo Pêcheux (1975/1988), suficiente para permitir a constituição da Semântica, lugar de contradições da Linguística. Para ele, o sentido, objeto da Semântica, escapa às abordagens de uma Linguística da língua.[9] A teoria do valor de Saussure (1916/1974), segundo a qual os signos se definem negativamente, subordina, como aponta Brandão (1998a), a significação ao valor, de onde decorre que a significação, para Saussure, é concebida como sistêmica. Para Pêcheux, ao contrário, a significação não é sistematicamente apreendida por não ser da ordem da língua, mas da ordem do discurso e, portanto, do sujeito, e sofrer, assim, alterações de acordo com as posições

7. Maldidier, D. Elementos para uma história da Análise do Discurso na França. In: Orlandi, E. P. (org.) *Gestos de leitura*: da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 19.

8. Remetemos o leitor ao capítulo "Fonologia" no volume 1 desta obra, que também aborda esta dicotomia.

9. Possenti (1995) aponta que, para Granger (1973), as línguas não são sistemas formais, mas sistemas simbólicos que contêm um sistema formal, pois só se comportam como uma estrutura no nível fonológico; nos outros domínios, inclusive nos domínios da Morfologia e da Sintaxe, a língua falha como estrutura.

ocupadas pelos sujeitos que enunciam. O autor retoma esta dicotomia saussureana para inscrever os processos de significação num outro terreno, mas não concebe nem o sujeito, nem os sentidos como individuais, mas como históricos, ideológicos. Assim é que o autor propõe uma semântica do discurso — concebido como lugar para onde convergem componentes linguísticos e socioideológicos — em vez de uma semântica linguística, pois as condições sócio-históricas de produção de um discurso são constitutivas de suas significações.

Pode-se, assim, perceber o paralelismo dos projetos althusseriano e da AD. A Análise do Discurso, demonstrando uma vontade de formalização do discurso a partir da proposta de Pêcheux (1969/1990) de uma análise automática do discurso (doravante AAD), oferecia um procedimento de leitura que relacionava determinadas *condições de produção*[10] — "mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto do discurso, mecanismo que chamamos de 'condições de produção do discurso'"[11] — com os processos de produção de um discurso. Para Pêcheux, é como se houvesse uma "máquina discursiva", um dispositivo capaz de determinar, sempre numa relação com a história, as possibilidades discursivas dos sujeitos inseridos em determinadas *formações sociais*, conceito originário da obra de Althusser (1970/1974), que designa, em um determinado momento histórico, um estado de relações — de aliança, antagonismo ou dominação — entre as classes sociais de uma sociedade. Assim é que a AD intervém como um componente essencial do projeto althusseriano que visava definir uma ciência da ideologia que não fosse ideológica, isto é, que não implicasse uma posição ideológica de sujeito. O autor, buscando definir uma "teoria da ideologia em geral" que permitisse evidenciar o mecanismo responsável pela reprodução das relações de produção comum a todas as ideologias particulares, vislumbrava a AAD como uma possibilidade empírica de realização de seu projeto. Do mesmo modo, o pensamento althusseriano também é determinante na fase inicial de instituição da AD, cuja proposta se inscreve no materialismo histórico.

Esperamos ter explicitado até aqui o palco do materialismo histórico e do estruturalismo sobre o qual surge a AD. O materialismo histórico e o estruturalismo estabelecem as bases não só para a gênese da AD e do projeto althusseriano (o conceito de "máquina discursiva" e a metáfora do edifício social evidenciam isso), mas também para a convergência entre esses projetos.

---

10. Sobre a origem do termo condições de produção, ver Brandão (1998a).

11. Pêcheux, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 78.

Ainda um outro elemento compõe o quadro epistemológico do surgimento da AD: a psicanálise lacaniana. Abordaremos o pensamento lacaniano procurando evidenciar como ele é fundamental neste momento inicial de fundação da Análise do Discurso.

A partir da descoberta do inconsciente por Freud, o conceito de sujeito sofre uma alteração substancial, pois seu estatuto de entidade homogênea passa a ser questionado diante da concepção freudiana de sujeito clivado, dividido entre o consciente e o inconsciente. Lacan faz uma releitura de Freud recorrendo ao estruturalismo linguístico, mais especificamente a Saussure e a Jakobson, numa tentativa de abordar com mais precisão o inconsciente, muitas vezes tomado como uma entidade misteriosa, abissal.

Para poder trazer à tona seu material, Lacan assume que o inconsciente se estrutura como uma linguagem, como uma cadeia de significantes[12] latente que se repete e interfere no discurso efetivo, como se houvesse sempre, sob as palavras, outras palavras, como se o discurso fosse sempre atravessado pelo discurso do Outro, do inconsciente. A tarefa do analista[13] seria a de fazer vir à tona, através de um trabalho na palavra e pela palavra, essa cadeia de significantes, essas "outras palavras", esse "discurso do Outro", isto é, do inconsciente, lugar desconhecido, estranho, de onde emana o discurso do pai, da família, da lei, enfim, do Outro e em relação ao qual o sujeito se define, ganha identidade. Apoiado em alguns critérios do estruturalismo linguístico, Lacan aborda esse inconsciente, demonstrando que existe uma estrutura discursiva que é regida por leis. Decorrem dessa proposta implicações para a psicanálise. A que mais diretamente interessa à AD diz respeito ao conceito de sujeito, definido em função do modo como ele se estrutura a partir da relação que mantém com o inconsciente, com a linguagem, portanto, já que, para Lacan, "a linguagem é condição do inconsciente".[14]

Saussure, como já apontado anteriormente, define o sistema linguístico a partir do *critério diferencial*, segundo o qual na língua não há mais que diferen-

---

12. Para Saussure (1916/1974), o signo linguístico é composto de significante e significado compreendidos, respectivamente, como imagem acústica (som com função linguística) e conceito. Remetemos o leitor ao capítulo "Fonologia" no volume 1, que também aborda o conceito de signo.

13. Maingueneau (1990) aponta uma questão interessante com relação ao uso do termo *análise*: "é a materialização de uma certa configuração do saber em que o termo *análise* funciona ao mesmo tempo sobre os registros linguístico, textual e psicanalítico". Pode-se estender esta colocação ao termo *analista*, na medida em que, ainda como afirma o autor, "a escola francesa de Análise do Discurso se afirma como uma análise (= psicanálise) aplicada aos textos" (Maingueneau, 1990, p. 69).

14. Lacan é citado em Brandão, H. N. *Introdução à Análise do Discurso*. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1998a, p. 56.

ças. Sendo assim, não se pode atribuir aos elementos do sistema nada de substancial, ou seja, não se pode defini-los por eles mesmos, tomando suas características independentemente das características de outros elementos do sistema, com os quais pode ser tomado em relação. Passa-se, assim, como uma consequência inevitável do critério diferencial, ao *critério relacional*, que delimita a função da relação entre os elementos no interior do sistema. Dessa remissão entre os elementos do sistema também decorre o *critério do lugar vazio*, segundo o qual cada elemento adquire sua identidade fora de si, já que, na óptica estruturalista, são as diferenças que definem os elementos. Essas diferenças, por sua vez, não são intrínsecas aos elementos e nem extrínsecas a eles, mas só podem ser consideradas a partir de uma posição no interior do sistema. A definição de cada elemento é uma definição de posição, ou seja, a sua identidade resulta sempre da relação que um elemento, que ocupa uma determinada posição inicial no interior do sistema, mantém com outro elemento, que ocupa uma posição terminal: o fonema [p], ponto inicial, com relação ao fonema [b], ponto terminal; o fonema [p], ponto inicial, com relação ao fonema [t], ponto terminal, por exemplo. A identidade resulta sempre dos lugares de onde são tomados os elementos na relação binária. Trata-se do *critério posicional.*

Desses critérios decorrem implicações para o conceito lacaniano de sujeito (Santiago, 1995), ao qual não se pode atribuir nada de substancial, pois ele só se define em relação ao Outro *(critérios diferencial e relacional)*. O sujeito dessubstancializado não está onde é procurado, ou seja, no consciente, lugar onde reside a ilusão do "sujeito centro" como sendo aquele que sabe o que diz, aquele que sabe o que é, mas pode ser encontrado onde não está, no inconsciente (*critério do lugar vazio*). Assim, a identidade do sujeito lhe é garantida pelo Outro (inconsciente), ou seja, por um sistema parental simbólico que determina a posição do sujeito desde sua aparição. Como explica Santiago (1995), "o pai e a mãe deixam de ser meros semelhantes com os quais o sujeito se relacionou numa dimensão de rivalidade ou amor, para se tornarem lugares na estrutura",[15] como se o sujeito fosse tomado por uma ordem anterior e exterior a ele. Dessa forma, o pai, por exemplo, pode surgir sob diferentes formas buscadas no imaginário — pai complacente, pai ameaçador etc. —, mas pode também, ocupando um lugar no discurso da mãe, tomar formas diferentes — pai ausente, pai presente etc. (*critério posicional*).

15. Santiago, J. Jacques Lacan: a estrutura dos estruturalistas e a sua. In: MARI, H.; DOMINGUES, I.; PINTO, J. (Orgs.). *Estruturalismo*: memória e repercussões. Rio de Janeiro: Diadorim/UFMG, 1995, p. 221.

Essa relação entre o sujeito e o Outro se apoia na oposição binária de Jakobson (1960/1970), segundo a qual um remetente, ocupando uma posição inicial no processo de comunicação, coloca-se em relação comunicativa com um destinatário, que ocupa uma posição terminal no sistema de comunicação. Jakobson não é um estruturalista *stricto sensu*, pois, além de considerar os interlocutores do processo comunicativo — fato completamente discordante do estruturalismo de vertente saussureana, que exclui de seu campo de análise a fala por ser do âmbito do sujeito —, não trata do sistema linguístico em si, das regras de organização da língua propriamente ditas. Jakobson é, por vezes, apontado como estruturalista pelo fato de abordar o processo comunicativo como um sistema composto de elementos — remetente, destinatário, código, mensagem, contexto, canal — que se relacionam no interior de um sistema fechado e recorrente, como um circuito comunicativo.

Pôde-se perceber, até aqui, em que sentido Lacan recorre ao estruturalismo, mais especificamente a Saussure e a Jakobson. No entanto, há pontos em que divergem radicalmente os caminhos do estruturalismo e de Lacan. O primeiro deles diz respeito à inserção do sujeito na estrutura, um deslocamento com relação ao estruturalismo saussureano que, num certo sentido e de maneira diferente, Jakobson também realizara. O segundo ponto se refere à maneira como é concebida a relação do sujeito com o Outro, deslocamento que se realiza a partir da concepção do processo comunicativo de Jakobson.

Esclareçamos o primeiro ponto, mostrando como a inserção do sujeito no sistema afeta a sua estrutura. O sujeito, por definir-se na relação com o Outro (inconsciente), nada mais é que um significante do Outro. Mas, por ser um sujeito clivado, dividido entre o consciente e o inconsciente, inscreve-se na estrutura, caracteristicamente definida por relações binárias entre seus elementos, como uma descontinuidade, pois emerge no intervalo existente entre dois significantes, emerge sob as palavras, sob o discurso. Lacan, assim, não assume o pressuposto básico do estruturalismo, de completude do sistema, já que o sujeito — pura descontinuidade na cadeia significante — "descompleta" o conjunto dos significantes.

No que diz respeito ao segundo ponto, Lacan rompe com o estruturalismo ao romper com a simetria entre os interlocutores. Jakobson atesta uma simetria entre esses interlocutores na medida em que não considera a supremacia de nenhum deles sobre o outro. Lacan rompe com essa simetria. Para ele, o Outro ocupa uma posição de domínio com relação ao sujeito, é uma ordem anterior e exterior a ele, em relação à qual o sujeito se define, ganha identidade.

Feita essa breve abordagem de alguns aspectos do pensamento lacaniano, poderemos agora explicar em que sentido o pensamento lacaniano é fundamen-

tal neste momento inicial de fundação da Análise do Discurso, ou seja, em que se pode perceber a relevância do projeto lacaniano para a AD.

O estudo do discurso para a AD, como já dito anteriormente, inscreve-se num terreno em que intervêm questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito. Assim, o sujeito lacaniano, clivado, dividido, mas estruturado a partir da linguagem, fornecia para a AD uma teoria de sujeito condizente com um de seus interesses centrais, o de conceber os textos como produtos de um trabalho ideológico não consciente. Calcada no materialismo histórico, a AD concebe o discurso como uma manifestação, uma materialização da ideologia decorrente do modo de organização dos modos de produção social. Sendo assim, o sujeito do discurso não poderia ser considerado como aquele que decide sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas de seu dizer, mas como aquele que ocupa um lugar social e a partir dele enuncia, sempre inserido no processo histórico que lhe permite determinadas inserções e não outras. Em outras palavras, o sujeito não é livre para dizer o que quer, mas é levado, sem que tenha consciência disso (e aqui reconhecemos a propriedade do conceito lacaniano de sujeito para a AD), a ocupar seu lugar em determinada formação social e enunciar o que lhe é possível a partir do lugar que ocupa. Como afirma Althusser (1970):

> A ideologia é bem um sistema de representações: mas estas representações não têm, na maior parte do tempo, nada a ver com a "consciência": elas são na maior parte das vezes imagens, às vezes conceitos, mas é antes de tudo como estruturas que elas se impõem à maioria dos homens, sem passar por suas consciências.[16]

Tendo até aqui descrito o terreno em que se funda a Análise do Discurso — um terreno em que se relacionam a Linguística e as Ciências Sociais —, uma questão importante se coloca: qual a especificidade da AD neste terreno? É o que procuraremos responder a seguir.

1.2. A especificidade da AD

Como aponta Maingueneau (1997), o campo da Linguística, de maneira muito esquemática, opõe um núcleo "rígido" a uma periferia de contornos instáveis, que está em contato com a Sociologia, Psicologia, História, Filosofia etc.

---

16. Althusser (1970) é citado em Maingueneau (1990, p. 69).

O núcleo rígido[17] se ocupa do estudo da língua como se ela fosse apenas um conjunto de regras e propriedades formais, ou seja, não considera a língua enquanto produzida em determinadas conjunturas históricas e sociais. A outra região, de contornos instáveis,[18] ao contrário, "se refere à linguagem apenas à medida que esta faz sentido para sujeitos inscritos em estratégias de interlocução, em posições sociais ou em conjunturas históricas".[19] A Análise do Discurso pertence a essa última região, ou seja, considera esse último modo de compreender a linguagem, o que não significa que, para ela, a linguagem não apresente também um caráter formal, como apontava o próprio Pêcheux (1975/1988), ao afirmar que existe uma base linguística regida por leis internas (conjunto de regras fonológicas, morfológicas, sintáticas) sobre a qual se constituem os efeitos de sentido, como poderemos observar a partir da análise da tira que se segue:

CHICLETE COM BANANA/Angeli

Fonte: *Folha de S.Paulo*

Há duas maneiras de interpretar o enunciado de Stock no último quadrinho: que há vinte anos ele vivia fazendo sexo com a própria noiva, ou então que há vinte anos ele vivia fazendo sexo com a noiva de Wood, seu amigo. Em termos essencialmente linguísticos, diríamos que o que permite essa ambiguidade é a presença do pronome possessivo de 1ª pessoa "minha". Pelo fato de ser um dêi-

17. Ver os capítulos "Fonética", "Fonologia" e "Sintaxe", no volume 1, e "Semântica", no volume 2. No que diz respeito ao capítulo "Sintaxe", referimo-nos apenas à Sintaxe Gerativa, e, em relação ao capítulo "Semântica", apenas à Semântica Formal.

18. Ver no volume 1 os capítulos "Sintaxe" (referimo-nos aqui à Sintaxe funcional), "Sociolinguística" e "Linguística Textual"; ver neste volume os capítulos "Semântica" (referimo-nos aqui à Semântica da enunciação), "Pragmática" e "Análise de Conversação".

19. Maingueneau, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1997, p. 11.

tico[20] — termo que permite identificar pessoas, coisas, momentos e lugares a partir da situação de enunciação —, possibilita que o seu referente seja tanto Stock quanto Wood, ou seja, permite ao leitor que ele interprete o pronome "minha" como referindo-se à noiva de Stock, o responsável pelo enunciado, ou à noiva de Wood. Isso porque poderíamos nos perguntar: sobre que parte do enunciado o advérbio "também" da expressão "Eu também" incide? Sobre "Bete Speed" (eu também fazendo sexo com a Bete Speed) ou sobre "minha noiva" (eu também fazendo sexo com minha noiva)? Em outras palavras, qual o escopo[21] de "também"?

Essa primeira análise, referente ao funcionamento da língua, explica o porquê da ambiguidade na tira, mas não explica por que achamos graça quando Stock enuncia "Eu também" no último quadrinho. Por que lemos esta tira como um discurso de humor? Devido às suas condições de produção. Produzido para circular em uma sociedade em que fazer sexo com a noiva de outro seria um comportamento bastante fora dos padrões morais apresentados como adequados a seus membros, a possibilidade de Stock ter feito sexo com a noiva de seu amigo gera riso, pois coloca Wood em uma situação bastante constrangedora. No entanto, este mesmo discurso produzido no interior da comunidade dos esquimós, por exemplo, não geraria riso, pois, segundo os costumes dessa comunidade, quando um esquimó recebe um visitante em sua casa, ele oferece sua mulher a ele como sinal de hospitalidade. Nesse contexto, portanto, o discurso apresentado nesta tira não seria de humor, seria apenas uma conversa corriqueira entre dois amigos que relembram fatos do passado.

A ambiguidade se mantém tanto num como noutro contexto, mas os efeitos que ela gera são diferentes, e são justamente esses efeitos de sentido que interessam à Análise do Discurso. No caso da tira em questão, a pergunta que os analistas do discurso fariam seria: por que essa ambiguidade gera riso? Para a Análise do Discurso, perguntar somente o que gera a ambiguidade seria muito pouco, essa pergunta já seria feita, por exemplo, pela Semântica e pela Pragmática (as noções de escopo e de dêixis, mobilizadas para a análise da tira, pertencem, respectivamente, ao quadro teórico dessas duas áreas da Linguística). O que garante a especificidade da Análise do Discurso é a formulação de uma pergunta subsequente a essa: qual o efeito dessa ambiguidade? A resposta a essa pergunta reside justamente na relação que os analistas do discurso procuram estabelecer entre um discurso e suas condições de produção, ou seja, entre um discurso e as condições sociais e históricas que permitiram que ele fosse produzido e gerasse determinados efeitos de sentido e não outros.

20. Sobre a noção de dêitico, ver Lahud (1979) e Geraldi e Ilari (1985).

21. Sobre a noção de escopo, ver Geraldi e Ilari (1985).

É preciso esclarecer, no entanto, ao falarmos da especificidade da AD, que não há apenas uma Análise do Discurso, esta de que vimos falando. Como decorrência dessa fronteira instável sobre a qual se situa a Análise do Discurso e em função da disciplina vizinha com a qual ela privilegia o contato, surgem diferentes "Análises do Discurso". Classicamente considera-se que, se uma delas mantém uma relação privilegiada com a História, com os textos de arquivo, que emanam de instâncias institucionais, enquanto uma outra privilegia a relação com a Sociologia, interessando-se por enunciados com estruturas mais flexíveis, como uma conversa informal, por exemplo, têm-se duas "Análises do Discurso" diferentes: a Análise do Discurso de origem francesa, que privilegia o contato com a História, e a Análise do Discurso anglo-saxã,[22] área bastante produtiva no Brasil, que privilegia o contato com a Sociologia.

Atualmente, no entanto, este marco divisório não é tão rígido assim. Possenti (1996), no artigo "O *dado* dado e o *dado* **dado** (O dado em análise do discurso)", faz uma consideração a esse respeito, apontando que a diferença entre a Análise do Discurso de origem francesa e uma análise conversacional não precisa ser uma diferença de dados, mas de teoria: "não é porque os eventos de discurso de tipo 'linguagem ordinária' foram objeto de descrições 'conversacionais' ou 'intencionais' que eles não são discursos, que eles não podem ser tomados em conta numa AD".[23] Assim, o que diferencia a Análise do Discurso de origem francesa da Análise do Discurso anglo-saxã, ou comumente chamada de americana, é que esta última considera a intenção dos sujeitos numa interação verbal como um dos pilares que a sustenta, enquanto a Análise do Discurso francesa não considera como determinante essa intenção do sujeito; esta considera que esses sujeitos são condicionados por uma determinada ideologia que predetermina o que poderão ou não dizer em determinadas conjunturas histórico-sociais. Essa é, entre outras, uma das diferenças teóricas entre as duas linhas.

Apontamos, de maneira bastante geral, diferenças entre a Análise do Discurso de origem francesa e a de origem anglo-saxã. No entanto, há diferenças no interior de cada uma dessas vertentes. No interior da Análise do Discurso de origem francesa, por exemplo, Fiorin (1990) aponta diferentes tendências. Fazendo uma análise do que foi feito no Brasil nas últimas décadas em termos de Análise do Discurso, o autor apresenta três correntes ordenadas historicamente

22. Sobre a Análise do Discurso anglo-saxã ver, neste mesmo volume, o capítulo "Análise da Conversação" e, no volume 1, o capítulo "Linguística Textual".

23. Possenti, S. O dado *dado* e o dado **dado** (O dado em análise do discurso). In: Castro, M. F. P. de. (org.) *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, p. 199.

e apresentadas a partir dos interditos, ou seja, a partir do que não é "permitido" fazer no interior de cada uma delas.

A primeira corrente "proibia ocupar-se do funcionamento interno do texto", sob o risco de ser tachado de um "direitista do campo da Letras". A segunda corrente esboçava um interdito contrário: "é preciso ocupar-se do funcionamento interno do texto".[24] Fiorin (1990) analisa esse interdito relacionando-o com a "vitória" do capitalismo, que concebe a história como "contrato", ou seja, como sendo regida pelos mecanismos internos do mercado. Analogicamente, na Análise do Discurso, os mecanismos internos de produção do sentido é que serão enfatizados. Não obedecer à interdição dessa segunda corrente significaria pagar o preço de ser considerado "anacrônico", assim como neste momento é considerado anacrônico o universo conceitual marxista. A terceira corrente, que representa a tendência atual, procura eliminar esses dois interditos que pesaram sobre a AD em determinados momentos e abordar o discurso em toda a sua complexidade, concebendo-o como um objeto linguístico e cultural. Há, entretanto, apesar dessas divergências, um elemento comum entre essas Análises do Discurso, e esse elemento comum diz respeito à própria especificidade da AD, como ressalta Fiorin (1990): "o que é específico de todas essas Análises do Discurso é o estudo da discursivização",[25] ou seja, o estudo das relações entre condições de produção dos discursos e seus processos de constituição.

Tendo apresentado o palco intelectual — ocupado ao mesmo tempo pelo estruturalismo, marxismo e psicanálise — sobre o qual emerge a AD e mostrado a sua especificidade, passaremos agora a apontar duas influências decisivas neste primeiro momento de fundação da AD, no que tange aos seus procedimentos de análise. Trata-se do método harrisiano de análise e das gramáticas gerativas.

1.3. Procedimentos de análise: a contribuição de Harris e Chomsky

O método de Harris (1969) seguia o rumo das análises estruturalistas, mas ampliava a unidade de análise. Propondo-se a analisar o texto, concebe tal análise como uma análise transfrástica, isto é, como uma análise que transpunha o limite do enunciado, uma vez que não toma como unidade de análise os elementos que o compõem, mas o próprio enunciado. É um método fundado basicamente na linearidade do discurso; o autor propõe que se observe a ligação entre os

---

24. Fiorin, J. L. Tendências da Análise do Discurso. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas: Unicamp-IEL, jul./dez., 1990, p. 175.

25. Ibidem, p. 174.

enunciados a partir de conectivos, com o objetivo de equacionar essa linearidade em classes de equivalência. Tomaremos como exemplo ilustrativo de uma análise pautada pelo método harrisiano o seguinte discurso, analisado por Osakabe (1979, p. 12-13):

(1) O menino viu o belo quadro e gostou dele. Mas o pintor não lhe deu o quadro.

Segundo o autor, esse discurso, já na forma reduzida por transformações e equivalências fornecidas pela gramática da língua, poderia ser apresentado da seguinte maneira:

(1') O menino viu o quadro.
O quadro era belo.
O menino gostou do quadro.
(Mas) o pintor não deu o quadro ao menino.

Partindo das recorrências e da distribuição dos elementos de cada enunciado, obtém-se um quadro de equivalências. Por exemplo, o verbo *ver* pode, neste contexto, ser tomado como equivalente a *gostar*, e assim teríamos:

(2) A: 1. O menino viu o quadro.
2. O menino gostou do quadro.
B: O quadro era belo.
(Mas)
C: O pintor não deu o quadro ao menino.

Como resultado, obteríamos a seguinte forma para esse discurso:

(3) A1:
A2:
B:
(Mas)
C:

Ou ainda,

(4) A:
B:
(Mas)
C:

O recurso a esse método pelos iniciadores da AD explica-se por um certo interesse comum em produzir uma análise da superfície discursiva: Dubois se valia desse método, como relata Maldidier (1994), como "um meio de fazer aparecer as regularidades significativas dos discursos contrastados pelo *corpus*",[26] ou seja, como uma forma de evidenciar o que havia de regular, de constante em cada um dos discursos contrastados. Para Pêcheux, por sua vez, a deslinearização decorrente das transformações — (1) e (2) —, por exemplo, permitia perceber os traços dos processos discursivos — (3) e (4) —, ou seja, os processos pelos quais um discurso se constituía enquanto tal.

Harris, como foi possível perceber, restringe-se a uma concepção de discurso como uma sequência de enunciados. Essa definição mostrou-se insuficiente para os propósitos da AD, que buscava reintegrar uma teoria do sujeito e uma teoria da situação. Assim, Pêcheux, visando a construção de um arcabouço teórico que lhe permitisse isso, passa a considerar a oposição enunciação e enunciado.[27] A primeira se refere às condições de produção do discurso (é neste nível que será possível reintegrar as teorias do sujeito e da ideologia), que permitiriam a elocução de um discurso e não de outros, isto é, refere-se a determinadas circunstâncias, a saber, o contexto histórico-ideológico e as representações que o sujeito, a partir da posição que ocupa ao enunciar, faz de seu interlocutor, de si mesmo, do próprio discurso etc.; e o segundo se refere à superfície discursiva resultante dessas condições. O procedimento gerativista de análise,[28] já bastante difundido na época, vem ao encontro dos interesses de Pêcheux.

Em 1957, Noam Chomsky, aluno de Z. Harris, publica *Estruturas sintáticas* e coloca em questão o método estruturalista americano.[29] Chomsky pos-

26. Maldidier (1994, p. 21).

27. Remetemos o leitor aos capítulos "Semântica" e "Pragmática" neste mesmo volume para uma maior compreensão da oposição enunciado/enunciação. Ver também Benveniste (1974/1989) e Searle (1981). Vale dizer, no entanto, que a noção de enunciação é reinterpretada pela AD. Neste arcabouço teórico, a enunciação não é compreendida como a situação empírica em que ocorre o discurso, mas como estando relacionada à imagem que o sujeito do discurso, inserido em determinadas condições sociais, faz das condições de produção de seu discurso. Ver, a esse respeito, Pêcheux e Fuchs (1975/1990).

28. Remetemos o leitor ao capítulo "Sintaxe" no volume 1 desta obra, e aos capítulos "Aquisição da Linguagem" e "Psicolinguística" neste mesmo volume.

29. O gerativismo, apesar do rigor de sua formalização, é interpretado como uma ruptura com o estruturalismo. Posicionando-se a esse respeito em entrevista dada a Jean Paris, como relata Silva (1995), Chomsky aponta os limites do estruturalismo, afirmando a seu respeito não ser suficientemente teórico, por deixar de pesquisar os processos gerativos subjacentes que determinam as estruturas que observa e estuda.

tula a existência de um sistema de regras internalizadas responsável pela geração das sentenças. A possibilidade de produzir uma análise nesses moldes aponta um caminho para a AD reintegrar as teorias do sujeito e da situação. Numa analogia com o postulado de que o sistema de regras é responsável pela geração das sentenças, propõe-se a noção de condições de produção, responsável pela geração dos discursos. Esse conceito de condições de produção é, como aponta Orlandi (1987), básico para a AD, pois elas "caracterizam o discurso, o constituem e como tal são objeto de análise".[30] Para a AD, portanto, a enunciação não é um desvio, mas um "processo constitutivo da matéria enunciada", afirma a autora.[31]

É este último procedimento de análise que será produtivo para a AD, pois será a partir dele que ela formulará e reformulará seus procedimentos de análise e seu objeto de estudo, que definirão, por sua vez, o que chamamos as fases da AD.

2. FASES DA AD: OS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E A DEFINIÇÃO DO OBJETO

A primeira época da Análise do Discurso[32] (doravante AD-1) explora a análise de discursos mais "estabilizados", no sentido de serem pouco polêmicos,[33] por permitirem uma menor carga polissêmica, isto é, uma menor abertura para a variação do sentido devido a um maior silenciamento do outro (outro discurso/outro sujeito). Os discursos políticos teórico-doutrinários, como um manifesto

---

30. Orlandi, E. P. *A linguagem e seu funcionamento*: as formas do discurso. 2. ed. Campinas: Pontes, 1987, p. 110.

31. Orlandi (1987) faz uma comparação entre as diferentes formas de a Sociolinguística, a teoria da enunciação e a Análise do Discurso trabalharem com a exterioridade. Aponta que a Sociolinguística visa a relação entre o social e o linguístico; a teoria da enunciação trata da determinação entre o funcional (enunciação) e o formal (enunciado); a AD "procura estabelecer essa relação de forma mais imanente, considerando as condições de produção (exterioridade, processo histórico-social) como constitutivas da linguagem" (Orlandi, E. P. *A linguagem e o seu funcionamento*, op. cit., p. 111).

32. Ver Pêcheux (1969/1990).

33. Orlandi (1987) propõe uma tipologia discursiva classificando os discursos em três tipos: o lúdico, o polêmico e o autoritário. Essa classificação é feita, entre outras coisas, com base no grau de reversibilidade entre os interlocutores: no discurso autoritário esta reversibilidade tende a zero; no polêmico ela é controlada; no lúdico a reversibilidade é total. Optamos no texto pela utilização da expressão "menos polêmicos" porque queremos enfatizar apenas esta reversibilidade que possibilita, de acordo com seu grau, uma menor/maior abertura para a variação do sentido devido a um menor/maior silenciamento do outro (outro discurso/outro sujeito), de onde decorrem discursos menos/mais "estabilizados". Ressaltamos, portanto, que não temos aqui a intenção de classificar discursos.

do Partido Comunista, são um bom exemplo. Por serem mais "estabilizados", pressupõe-se que tais discursos sejam produzidos a partir de condições de produção mais estáveis e homogêneas, isto é, no interior de posições ideológicas e de lugares sociais menos conflitantes: o manifesto comunista é enunciado do interior do Partido Comunista e representa seus possíveis interlocutores inscritos neste mesmo espaço discursivo. Considere, para contrapor, um debate político de que estivessem participando marxistas e liberais. Nessas condições de produção, o discurso do Partido Comunista representaria parte de seu(s) interlocutor(es) inscrito(s) em um outro lugar social, a saber, no espaço discursivo liberal. Neste caso, teríamos uma relação mais conflitante, pouco "estabilizada". Um debate não seria, portanto, objeto de análise da AD-1.

Com relação aos procedimentos de análise da AD-1, eles são realizados por etapas, apresentadas a seguir:

a) primeiramente se seleciona um *corpus* fechado de sequências discursivas (o *corpus* analisado por Simone Bonnafous,[34] sobre as moções do Congresso de Metz do Partido Socialista, de 1979, é um bom exemplo);
b) em seguida, faz-se a análise linguística de cada sequência, considerando as construções sintáticas (de que maneira são estabelecidas as relações entre os enunciados) e o léxico (levantamento de vocabulário);
c) passa-se depois à análise discursiva, que consiste basicamente em construir sítios de identidades a partir da percepção da relação de sinonímia (substituição de uma palavra por outra no contexto) e de paráfrase (sequências substituíveis entre si no contexto);
d) por fim, procura-se mostrar que tais relações de sinonímia e paráfrase são decorrentes de uma mesma estrutura geradora do processo discursivo.

Têm-se, então, a noção de "máquina discursiva": uma estrutura (condições de produção estáveis) responsável pela geração de um processo discursivo (o processo de construção das moções do Congresso de Metz do Partido Socialista, de 1979, por exemplo) a partir de um conjunto de argumentos e de operadores responsáveis pela construção e transformação das proposições, concebidas como princípios semânticos que definem, delimitam um discurso (o do Congresso de Metz do Partido Socialista, para tomá-lo como exemplo).

Para a AD-1, cada processo discursivo é gerado por uma máquina discursiva. Assim, diferentes processos discursivos referem-se a diferentes máquinas

34. Ver Pêcheux et al. (1982/1990)

discursivas, cada uma delas idêntica a si mesma e fechada sobre si mesma (Pêcheux, 1983/1990).

Na segunda fase da AD[35] (AD-2), a noção de máquina estrutural fechada começa a explodir. O conceito de formação discursiva, elaborado pelo filósofo Michel Foucault (1969/2004), é um dos dispositivos que desencadeia esse processo de transformação na concepção do objeto de análise da Análise do Discurso. Faremos uma incursão pelas formulações de Foucault em torno desse conceito, a fim de delimitar melhor sua abordagem e, ao mesmo tempo, possibilitar ao leitor que, no decorrer da leitura deste capítulo, ele possa bem distinguir entre as concepções foucaultiana e pecheutiana de formação discursiva.

Foucault (1969/2004), em seu livro *Arqueologia do saber*, define discurso como um conjunto de enunciados que provém de um mesmo sistema de formação, ou ainda, para especificar melhor, define discurso como sendo constituído por um número limitado de enunciados para os quais se pode definir um conjunto de condições de existência.

Nesse livro, o autor dá um tratamento extenso ao discurso, uma vez que a arqueologia proposta por ele é uma modalidade de análise do discurso. O discurso, nessa obra, tem o estatuto de uma entrada metodológica, visto que o alvo das reflexões de Foucault não é o discurso em si, isto é, o conjunto de enunciados, mas a descrição de suas condições de existência, de seu sistema de formação, ou, melhor dizendo, da formação discursiva, definida como

> um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa.[36]

Enunciado, discurso e formação discursiva são, pois, conceitos que, em Foucault, reenviam uns aos outros.

N'*Arqueologia*, o autor se propõe a realizar, fundamentalmente, duas grandes tarefas. A primeira delas consiste em liberar terreno, isto é, em desfazer-se de categorias que, em alguma medida reforçam:

i) o pressuposto da continuidade histórica, como é o caso das noções de tradição; de influência; de desenvolvimento e evolução; de mentalidade ou espírito de época;

---

35. Ver Pêcheux e Fuchs (1975/1990).

36. Foucault (1969/2004, p. 133).

ii) a ideia de familiaridade, que sustenta agrupamentos (ciência, literatura, filosofia, religião, história, ficção) tomados como grandes individualidades históricas;

iii) temas que condenam a análise histórica à repetição, tais como o de que há, para além de qualquer começo, uma origem secreta; e o de que todo discurso efetivo repousaria sobre um já dito.

Uma vez suspensas tais categorias, o autor passa a delinear os instrumentos e o objetivo fundamental da arqueologia que propõe. Enquanto método de análise dos discursos, a arqueologia não busca ser nem interpretação, o que implicaria referir o discurso às coisas ou à interioridade da consciência de um indivíduo (por isso Foucault recusa o conceito de frase), nem tampouco formalização, o que implicaria estabelecer as condições gramaticais e lógicas da formação dos enunciados (por isso recusa o conceito de proposição). Diferentemente, a arqueologia que propõe trata-se de uma análise histórica das condições de enunciabilidade ou, mais especificamente, trata-se de uma análise das condições de possibilidade que fizeram com que, em determinado momento histórico, apenas alguns enunciados tenham sido efetivamente possíveis — isto é, tenham sido efetivamente produzidos — e outros não. É a partir dessa perspectiva que Foucault assume o enunciado como unidade de análise e busca definir as formações discursivas a partir de suas regularidades.

Mas que regularidades são essas? Para esclarecer essa questão, Foucault delineia quatro hipóteses que fundamentam a arqueologia que propõe enquanto método de análise dos discursos.

Recusando a ideia de que enunciados, diferentes em sua forma e dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto, isto é, rechaçando a ideia de que a unidade dos discursos se funda na unidade do objeto, o autor formula a hipótese de que cada discurso (por exemplo, o discurso clínico, o discurso econômico, o discurso da história natural, o discurso psiquiátrico) constitui seu objeto e o elabora até transformá-lo inteiramente, de modo que os enunciados de um discurso remetem não a um correlato que lhe imprime sentido, ou a um referente no mundo que determina seu valor de verdade, mas a um referencial constituído pelas regras que definem as condições históricas de surgimento de um objeto. Com base em seu trabalho desenvolvido em *História da loucura* (1961/2008), o autor esclarece que não se deve tentar identificar um objeto (no caso, a loucura) único e perene, mas tentar estabelecer as regras que determinaram o espaço histórico-social em que esse objeto se constituiu e se transformou. Por exemplo, deve-se tentar explicar por que, em determinada

época, começou-se a falar de determinados comportamentos em termos de loucura e enfermidade mental.

Na análise da formação dos objetos, Foucault afirma que é necessário:

a) demarcar as superfícies primeiras de emergência, isto é, mostrar onde podem surgir. No caso da psicopatologia do século XIX, o autor afirma que essas superfícies primeiras de emergência dos objetos (que fazem-nos aparecer, tornam-nos nomeáveis e descritíveis) foram, muito provavelmente, constituídas pela família, pelo meio do trabalho, pela comunidade religiosa, pelo grupo social próximo, pela arte com sua normatividade própria, pela sexualidade, pela penalidade;
b) descrever as instâncias de delimitação, que distinguem, nomeiam, instauram os objetos. No século XIX, por exemplo, a medicina tornou-se a instância superior que, na sociedade ocidental, distinguiu, designou, nomeou e instaurou a loucura como objeto. Mas, além da medicina, também a justiça penal, a autoridade religiosa, a crítica literária e artística tornaram-se instâncias de delimitação desse objeto;
c) analisar as grades de especificação, que se referem aos sistemas segundo os quais se separam, se opõem, se associam, se reagrupam, se classificam, se derivam, por exemplo, as diferentes "loucuras" como objetos do discurso psiquiátrico do século XIX. As grades de especificação desse discurso, segundo Foucault, foram a alma, o corpo, a vida e a história dos indivíduos, os jogos de correlações psicológicas.

Entretanto, de acordo com Foucault (1969/2004), a consideração dessas três instâncias não é suficiente para se analisar a formação dos objetos e, com base nesse aspecto, caracterizar a individualidade de um discurso. A formação dos objetos é assegurada pelo conjunto de relações estabelecidas entre essas instâncias — de emergência, delimitação e especificação.

A segunda hipótese formulada pelo autor nasce da recusa à ideia de que a unidade dos discursos se funda na forma de seus enunciados, no tipo de encadeamento entre eles, ou seja, num certo caráter constante da enunciação, num certo estilo, portanto. Diferentemente, Foucault postula que apenas se pode dizer que um conjunto de enunciados pertence à mesma ordem do discurso, caracterizando o modo de coexistência desses enunciados (dispersos e heterogêneos), descrevendo o sistema que rege sua repartição, o modo como se transformam, se apoiam uns nos outros, se supõem ou se excluem, se revezam, se substituem. Por exemplo, em *O nascimento da clínica* (1963/2008), o autor busca demonstrar que a unidade do discurso clínico não decorre da unicidade das modalidades

enunciativas; diferentemente, sua individualidade provém do conjunto de regras que possibilitam a coexistência de diferentes modalidades enunciativas. Essas modalidades enunciativas diversas e o lugar de onde vêm podem ser identificadas a partir das seguintes questões:

a) "quem fala?": quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem esta espécie de linguagem? / qual é o *status* dos indivíduos que têm o direito de proferir semelhante discurso?;
b) "de que lugares institucionais se fala?": de onde o médico obtém seu discurso, e de onde este encontra sua origem legítima e seu ponto de aplicação (o hospital, a prática privada, o laboratório)?;
c) "de que posições variadas se fala?": o sujeito questiona a partir de que grade de interrogações, ouve a partir de que programa de informação? / ocupa que lugar na rede de informações (no ensino teórico ou na pedagogia escolar; no sistema da comunicação oral ou da documentação escrita)? etc.

Foucault (1969/2004) esclarece que essas diversas modalidades de enunciação não estão relacionadas à unidade de um sujeito, isto é, não remetem à função unificante de um sujeito; diferentemente, manifestam sua dispersão nos diversos *status*, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ao exercer um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala, portanto. Com base nesse pressuposto é que o autor postula que não é pelo recurso a uma subjetividade psicológica ou a um sujeito transcendental que o regime das enunciações de um discurso é definido, mas pelo sistema de relações por meio do qual todas as modalidades de enunciação encontram-se ligadas. Deve-se, pois, definir a unidade de um discurso considerando o campo de regularidades que rege essas diversas (e dispersas) modalidades de subjetividade.

A terceira hipótese apresentada pelo autor em *Arqueologia do saber* (1969/2004) diz respeito à formação dos conceitos. Foucault refuta a ideia de que a unidade dos discursos se funda na persistência e permanência de determinados conceitos e defende que o reconhecimento dessa unidade decorre da descrição da organização do campo em que os enunciados aparecem e circulam, isto é, da descrição de:

a) como esses enunciados se sucedem:
    - como as séries enunciativas se ordenam (por inferência, demonstração etc.);
    - quais são os tipos de dependência enunciativa (dependência hipótese-verificação, lei geral-caso particular etc.);

- quais são os esquemas retóricos (como se articulam num texto, por exemplo, deduções e descrições).

b) quais são suas formas de coexistência, que incluem:
   - campo de presença: todos os enunciados já formulados em alguma parte e que são retomados em um discurso, a título de pressuposto necessário, verdade admitida, raciocínio fundado, bem como todos os enunciados discutidos, criticados, julgados, rejeitados, excluídos;
   - campo de concomitância: enunciados que pertencem a tipos de discurso diversos e/ou que se referem a domínios de objetos inteiramente diferentes, mas que atuam entre os enunciados estudados, valendo como confirmação lógica, princípio geral, modelos transferíveis a outros conteúdos etc.;
   - domínio de memória: enunciados que não são mais admitidos, nem discutidos e que, por isso, não definem mais nem um corpo de verdades, nem um domínio de validade, mas em relação aos quais são estabelecidos laços de gênese, filiação, transformação, continuidade ou descontinuidade histórica.

c) quais são os procedimentos de intervenção que podem ser aplicados aos enunciados, e que aparecem:
   - nas técnicas de reescrita: as que permitiram, por exemplo, aos naturalistas do período clássico reescrever descrições lineares em quadros classificatórios;
   - nos métodos de transcrição de enunciados: das línguas naturais para uma língua mais ou menos formalizada e artificial, por exemplo;
   - nos modos de tradução dos enunciados quantitativos em formulações qualitativas e vice-versa;
   - nos meios utilizados para aumentar a aproximação dos enunciados e refinar sua exatidão;
   - na maneira pela qual se delimita o domínio de validade dos enunciados (por extensão ou restrição);
   - na maneira pela qual se transfere um tipo de enunciado de um campo de aplicação a outro (por exemplo, a transferência da caracterização vegetal à taxinomia animal);
   - nos métodos de sistematização de proposições, que já foram formuladas anteriormente e em separado;
   - nos métodos de redistribuição de enunciados já ligados uns aos outros, mas que são recompostos em um novo conjunto sistemático.

No entanto, mais uma vez, Foucault (1969/2004) esclarece que toda essa descrição não é suficiente para definir a unidade de um discurso, visto que o que permite delimitar o grupo de conceitos específicos a ele é a maneira pela qual todos esses diferentes elementos (relativos à organização do campo de enunciados, à configuração desse campo e aos procedimentos de intervenção) estão relacionados uns aos outros; é esse feixe de relações que constitui um sistema de formação conceitual.

Por fim, Foucault apresenta a quarta hipótese de seu trabalho. Refutando o pressuposto de que a unidade dos discursos provém da identidade e da persistência de determinados temas, o autor afirma que definir essa unidade implica definir as suas possibilidades estratégicas,[37] ou seja, implica:

a) assinalar os pontos de difração possíveis do discurso, que se caracterizam como:
   - pontos de incompatibilidade: dois objetos, dois tipos de enunciação ou dois conceitos podem aparecer no mesmo discurso, mas não podem entrar em uma mesma e única série de enunciados;
   - pontos de equivalência: dois elementos incompatíveis que, por responderem às mesmas possibilidades de existência, por serem formados a partir das mesmas regras e se situarem em um mesmo nível, representam uma alternativa;
   - pontos de ligação de uma sistematização, que possibilitam que, a partir de pontos de equivalência ou incompatibilidade, sejam derivados uma série coerente de objetos, formas enunciativas e conceitos, com outros pontos de incompatibilidade ou equivalência.

b) descrever as instâncias específicas de decisão, a fim de explicar as escolhas realizadas, entre todas que poderiam ter sido feitas. Descrever tais instâncias implica:
   - explicitar a economia da constelação discursiva, isto é, o papel desempenhado pelo discurso estudado em relação aos que lhe são contemporâneos e vizinhos;

---

37. Foucault (1969/2004, p. 71) esclarece o que entende por estratégias: "Discursos como a economia, a medicina, a gramática, a ciência dos seres vivos dão lugar a certas organizações de conceitos, a certos reagrupamentos de objetos, a certos tipos de enunciação, que formam, segundo seu grau de coerência, de rigor e de estabilidade, temas ou teorias. (...) Qualquer que seja seu nível formal, chamaremos, convencionalmente, de 'estratégias' a esses temas e a essas teorias. O problema é saber como se distribuem na história."

- descrever, entre diversos discursos, relações de delimitação recíproca, isto é, quais são as marcas distintivas (de singularidade) de cada um deles, perceptíveis pela diferenciação de seus métodos, instrumentos e domínio de aplicação.

c) estabelecer a função do discurso em relação às práticas não discursivas.

Em relação a essa última hipótese, Foucault (1969/2004) também afirma que a individualidade de um discurso não decorre da descrição de todos esses pontos relativos à formação das estratégias. Diferentemente, a individualização de um discurso decorre do sistema de formação das diferentes estratégias que nele se desenrolam, estratégias essas que derivam de um mesmo jogo de relações.

Como deve ter sido possível perceber na apresentação dessas quatro hipóteses, a unidade dos discursos não decorre de um plano de análise específico, ou do conjunto de todos os planos de análise considerados, mas do sistema de relações entre todos eles. É considerando esse método arqueológico de análise do discurso que Foucault (1969/2004) propõe que se busque descrever os sistemas de dispersão em suas regularidades, afirmando que:

> No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*.[38]

Dessa perspectiva, mais de um discurso pode relevar de uma mesma formação discursiva. É o caso, apenas para exemplificar, do discurso da gramática do século XIX e do discurso da biologia do mesmo século. Isto porque os enunciados (de diversos discursos) se submetem, em última instância, a um sistema de formação, cujas "regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço" definiram "em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa" (Foucault, 1969/2004, p. 133). Evidentemente, da perspectiva foucaultiana, não se trata de um espírito de época, mas de condições históricas de enunciabilidade.

Tendo apresentado a noção de formação discursiva em Foucault, voltamos ao tópico central dessa seção (apresentação das fases de AD), buscando responder em que sentido a noção de formação discursiva formulada em *Arqueologia*

38. Foucault, 1969/2004, p. 43.

do saber participa do processo de transformação na concepção do objeto de análise da Análise do Discurso.

Paul Henry (1990), no artigo intitulado "Os fundamentos teóricos da Análise 'Análise Automática do Discurso' de Michel Pêcheux (1969)", afirma que existem muitos pontos de contato entre o que Michel Foucault e Michel Pêcheux elaboraram em suas reflexões sobre discurso, dentre eles — e talvez o ponto mais evidente — o interesse comum que partilhavam pela história das ciências e das ideias. Falar, pois, das influências do trabalho de Foucault sobre as reflexões de Pêcheux — mesmo no que tange especificamente às formulações referentes à *Arqueologia do saber* — exigiria paralelos razoavelmente extensos.[39] Para os propósitos deste texto, entretanto, gostaríamos apenas de pontuar que uma das contribuições fundamentais que a noção de formação discursiva desenvolvida por Foucault traz para o campo da Análise do Discurso é a possibilidade de se eliminar o problema da homogeneidade na constituição dos *corpora* discursivos.[40] O campo de aplicação da noção de formação discursiva foucaultiana extrapola — e muito — um discurso produzido a partir de condições de produção homogêneas (concepção de discurso formulada na primeira fase da AD), e isso será decisivo para os novos horizontes vislumbrados pelas reflexões de Pêcheux.

A noção de formação discursiva é acolhida por Pêcheux, mas reconfigurada no quadro teórico do marxismo althusseriano, passando a constituir a tríade formação social, formação ideológica e formação discursiva. De acordo com Pêcheux e Fuchs (1975/1990), toda formação social se caracteriza por uma certa relação entre as classes sociais e implica a existência de posições ideológicas e políticas que se organizam em formações, que mantêm entre si relações de confronto e antagonismo, de aliança ou dominação. A esse respeito, os autores esclarecem que falarão em formação ideológica

> para caracterizar um elemento (esse aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem "individuais" nem "universais" mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras.[41]

---

39. Para uma relação mais pontual entre os trabalhos de Michel e Foucault e Michel Pêcheux, ver Gregolin (2004).

40. Para uma discussão mais aprofundada sobre essa questão, ver Courtine (1981).

41. Pêcheux e Fuchs (1975/1990, p. 166).

Seguindo Althusser, Pêcheux e Fuchs ainda afirmam que o discursivo deve ser concebido como um dos aspectos materiais da materialidade ideológica, ou, em outras palavras, afirmam que

> a *espécie* discursiva pertence ao *gênero* ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas (...) comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma harenga, um sermão um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes.[42]

As formações discursivas, portanto, intervêm nas formações ideológicas enquanto componentes que materializam a contradição entre diferentes posições ideológicas. Assim, uma formação discursiva (doravante FD) não pode ser concebida como homogênea ou como um espaço estrutural fechado, visto que, pelo fato de suas condições de produção serem contraditórias, ela se constitui como um espaço constantemente invadido por elementos que vêm de outro lugar, de outras formações discursivas. Neste sentido, o espaço de uma FD é atravessado pelo "pré-construído",[43] ou seja, por discursos que vieram de outro lugar (de uma construção anterior e exterior) e que são incorporados por ela numa relação de confronto ou aliança. Uma FD, portanto, é constituída por um sistema de paráfrases, já que é um espaço em que enunciados são retomados e reformulados sempre "num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação de sua identidade".[44]

Nesta segunda fase da AD, o objeto de análise passará a ser as relações entre as "máquinas" discursivas. Vale ressaltar, no entanto, que o fechamento da maquinaria ainda é conservado, pois a presença do outro (outra FD) sempre é concebida a partir do interior da FD em questão.

No que diz respeito aos procedimentos de análise, a AD-2 apresenta muito poucas inovações; o deslocamento efetivo que se dá com relação à AD-1 diz respeito sobretudo ao objeto de análise: discursos menos "estabilizados", por serem produzidos a partir de condições de produção menos homogêneas. O "discurso comunista dirigido aos cristãos", *corpus* de análise de Courtine (1981) é um bom exemplo.

---

42. Ibidem, p. 166-167.

43. Sobre a noção de pré-construído, ver Pêcheux (1975/1988).

44. Brandão, H. N. *Introdução à Análise do Discurso*, op. cit., p. 39.

A desconstrução da maquinaria discursiva só ocorrerá mesmo na terceira fase da Análise do Discurso[45] (AD-3). Essa desconstrução é decorrente de um deslocamento que ocorre no que diz respeito à relação de uma FD com as outras. Na AD-2, o "outro" — outra(s) FD(s) — é incorporado pela FD em questão, que mantém, mesmo sendo atravessada por outros discursos, uma identidade. É possível, através de uma análise discursiva, determinar o interno e o externo de uma formação discursiva, isto é, o que pertence a uma ou à(s) outra(s) FD(s).

Na AD-3, por sua vez, adota-se a perspectiva segundo a qual uma FD está sempre dominada pelo interdiscurso,[46] a ponto de Pêcheux afirmar que a formação discursiva só pode produzir o assujeitamento ideológico — isto é, só pode levar um sujeito a ocupar uma posição no interior das relações de classes sem se dar conta de que é levado a isso —, na medida em que ela está de fato dominada pelo interdiscurso, conceito que é entendido pelo autor como sendo o conjunto estruturado das formações discursivas ou, ainda, como um todo complexo com dominante. Essa é uma das formas de se entender uma tese cara à AD, a saber, a do primado do interdiscurso sobre o discurso:

> (...) toda formação discursiva dissimula, pela transparência de sentido que nela se constitui, sua dependência em relação ao "todo complexo com dominante" das formações discursivas, intricado no complexo das formações ideológicas.[47]

Essa nova postura teórica frente ao objeto da AD exclui definitivamente a possibilidade de se considerar a FD como a unidade de análise. O objeto de análise da Análise do Discurso passa a ser o espaço de trocas entre formações discursivas, ou ainda, o interdiscurso.

Os trabalhos de Dominique Maingueneau, além de serem bastante representativos dessa nova forma de se conceber o objeto da AD, ainda desenvolvem uma concepção de interdiscurso bastante produtiva e operacional para o analista do discurso, na medida em que explicita seus diversos níveis de funcionamento. Em *Gênese dos discursos* (1984/2008), o autor concebe o interdiscurso a partir da consideração do discurso sob o duplo ponto de vista de sua gênese e de sua relação com o interdiscurso, o que significa assumir que a identidade de um discurso é indissociável de sua emergência e de sua manutenção através do in-

45. Ver Maingueneau (1997, 2008).

46. Para um melhor desenvolvimento da noção de interdiscurso, ver o capítulo "Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas" do volume 3 desta obra.

47. Pêcheux (1975/1988, p. 162).

terdiscurso. Ou seja, o que há, a princípio, é o interdiscurso (um conjunto de formações discursivas em relação), de modo que a identidade de cada FD não está dada *a priori*, mas se constitui de maneira regulada no interior de um interdiscurso. Será a relação interdiscursiva, portanto, que estruturará a identidade das formações discursivas em relação. Um postulado como esse explode definitivamente o procedimento de análise por etapas, com ordem fixa, tal como levavam a cabo os trabalhos da AD-1 e da AD-2.

O conceito de interdiscurso apresentado em *Gênese dos discursos*[48] é um dos pontos fortes da reflexão teórica de Dominique Maingueneau. No intuito de especificar melhor essa noção, que considera vaga para seus propósitos, o autor propõe que se considere o interdiscurso a partir da tríade *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*.

A noção de *universo discursivo* diz respeito ao conjunto de formações discursivas de todos os tipos, que interagem em uma conjuntura dada. Mesmo não sendo possível apreendê-lo em sua globalidade, trata-se de um conjunto finito que define uma extensão a partir da qual serão construídos domínios susceptíveis de serem estudados, a saber, os *campos discursivos*.

O *campo discursivo* deve ser compreendido como sendo um conjunto de formações discursivas[49] com mesma função social, que divergem, entretanto, quanto ao modo pelo qual essa função deve ser preenchida.[50] Em uma região determinada do universo discursivo, tais formações discursivas buscam delimitar-se reciprocamente, por meio de uma relação de concorrência, compreendendo este último termo de maneira mais ampla, de modo a significar tanto afrontamento aberto, quanto aliança, neutralidade aparente etc. O recorte em campos discursivos não define zonas insulares; é antes uma abstração necessária que deve permitir abrir múltiplas redes de trocas. A delimitação desses campos também

48. Para uma melhor apresentação dos trabalhos de Dominique Maingueneau, ver Possenti e Mussalim (2010).

49. No Prefácio da edição brasileira de *Gênese dos discursos*, Maingueneau afirma que o termo "formação discursiva" foi utilizado com certa "frouxidão", já que hoje se falaria preferencialmente em posicionamento, noção que deve ser compreendida mais precisamente como uma identidade enunciativa forte, um lugar de produção discursiva bem específico no interior de um campo (por exemplo, o discurso do partido comunista de tal período). Na verdade esse termo designa "ao mesmo tempo as operações pelas quais essa identidade enunciativa se instaura e se conserva num campo discursivo, e *essa própria identidade*" (Charaudeau; Maingueneau, 2004, p. 392).

50. Por exemplo, pode-se falar em campo político, filosófico, literário, etc. Considerando, a título de ilustração, o campo literário, pode-se falar em formação discursiva modernista, formação discursiva parnasiana e assim por diante.

não tem nada de evidente, mas exige do analista que ele faça hipóteses e escolhas, pautadas tanto na materialidade linguística dos supostos discursos que se encontram em relação, como nas condições de enunciabilidade de tais discursos, condições que, por sua vez, circunscrevem-se historicamente.

É no interior do campo discursivo que se constitui uma FD, e sua constituição pode, de acordo com Maingueneau, ser descrita em termos de operações regulares sobre formações discursivas já existentes. Essa hipótese nos conduz a uma outra noção definida pelo autor, a saber, a noção de *espaço discursivo*, que deve ser compreendido como um subconjunto de formações discursivas cuja relação o analista julga pertinente considerar para seu propósito. O recorte desse subconjunto deve resultar de hipóteses fundadas sobre um conhecimento dos textos e sobre um saber histórico que serão confirmados, ou não, no decorrer da pesquisa.

Estas três noções (universo, campo e espaço discursivos) trazidas para o interior da Análise do Discurso por Maingueneau permitem definir zonas de regularidade semântica (o campo e o espaço), no interior das quais pode ser mais produtivo o tratamento da gênese e do modo de coesão entre as formações discursivas em relação, já que tais zonas de regularidade acabam por delimitar rigorosamente o fenômeno da interdiscursividade a partir de condições históricas bem especificadas.

Na seção que se segue, faremos a análise de uma crônica a fim de operacionalizar uma análise de texto com base nos pressupostos da AD. Retomaremos alguns conceitos já apresentados, além de apresentar outros ainda não abordados (pelo menos de forma direta), como os conceitos de sujeito e sentido.[51]

3. UMA ANÁLISE

3.1. Como ler um texto: em pauta as noções de formação ideológica, formação discursiva, interdiscurso, condições de produção, heterogeneidade, sujeito e sentido

Nesta seção, nos debruçaremos sobre a análise de um texto — a crônica "Um só seu filho" de Bráulio Tavares, publicada no Caderno Mais da *Folha de S.Paulo*, no dia 16 de março de 1997. Antes, porém, é necessário esclarecer que o texto, para a AD, não é concebido como uma unidade coerente de sentido, tal como o é,

---

51. Para uma abordagem mais detalhada destes e de outros conceitos da AD, ver o capítulo "Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas" do volume 3 desta obra.

por exemplo, para a Linguística Textual. A relevância do texto para a AD "decorre do fato de que cada texto é parte de uma cadeia (de um arquivo)", decorre de ele ser concebido "como uma superfície discursiva, uma manifestação aqui e agora de um processo discursivo específico".[52] Para a AD, o texto faz sentido

> por sua inserção em uma FD, em função de uma memória discursiva, do interdiscurso, que o texto retoma e do qual é parte. Ou seja, não há propriamente texto, concebido como uma unidade; o que há são linearizações concretas (materiais) de discursos.[53]

Será, pois, desta perspectiva que empreenderemos a análise da crônica. Vale ainda esclarecer que a escolha por este material de análise se justifica pela própria forma como a crônica é construída, de maneira bastante interessante para um primeiro contato com alguns dos fundamentos teóricos da AD. Em função dos objetivos deste capítulo, não consideraremos aspectos literários do texto em questão, o que não significa que não os reconheçamos.[54]

Outra questão importante a esclarecer é que empreenderemos uma análise fundamentalmente de filiação pecheutiana, mobilizando os conceitos de formação ideológica, formação discursiva, interdiscurso, condições de produção, heterogeneidade, sujeito e sentido. Entretanto, como se trata de um texto literário e não de um texto do campo político (tipo de *corpus* privilegiado por Pêcheux), são necessários alguns deslocamentos teóricos. Mais efetivamente, os deslocamentos necessários são aqueles relacionados às noções de formação ideológica e formação discursiva. Como já apresentado, a noção de formação ideológica, tal como mobilizada em Pêcheux e Fuchs (1975/1990, p. 166), é definida como sendo um conjunto de atitudes e representações que "se relacionam **mais ou menos diretamente** a *posições de classe* em conflito umas com as outras" (grifos nossos). A formação discursiva, como componente da formação ideológica, acaba por materializar — **também mais ou menos diretamente** — essas posições de classe em conflito. A própria formulação desses conceitos, portanto, abre possibilidade para a análise de *corpora* discursivos a partir dos quais se podem considerar conjuntos de atitudes e representações **que se relacionam menos diretamente** a posições de classe, como é o caso, a nosso ver, do discurso literário.[55]

---

52. Possenti, 2004, p. 364.

53. Ibidem, p. 365.

54. Para uma abordagem discursiva do fato literário, remetemos o leitor a Maingueneau (2006).

55. Há, entretanto, a possibilidade de se considerar que a literatura mantém relações diretas com posições de classes sociais. Da perspectiva da abordagem marxista do fenômeno literário, as

Consequentemente, a noção de formação discursiva passa a ser produtiva também em campos não propriamente (ou diretamente) político-social ou econômico. Assumindo, pois, a possibilidade desse deslocamento, é que, na análise da crônica "Um só seu filho", mobilizaremos, da perspectiva pecheutiana, as noções de formação ideológica e de formação discursiva, focalizando, a partir dessas noções, conflitos e contradições ideológicas decorrentes do embate entre diferentes posições discursivas.

Outras perspectivas discursivas de abordagem dessa crônica poderiam ser empreendidas. No entanto, como este capítulo tem o intuito de apresentar os fundamentos da constituição da Análise do Discurso enquanto disciplina, e é Pêcheux quem se debruça mais arduamente sobre essa tarefa, colocando a questão fundamental da AD, a saber, como ler um texto, e postulando as bases para uma semântica discursiva que seja da ordem das formações discursivas e não da ordem da língua,[56] optamos por privilegiar a perspectiva teórica pecheutiana.

Tendo feito essas considerações, reproduzimos, a seguir, a crônica a ser analisada.

> Naquela noite, o papa atravessou sua recorrente insônia com a ajuda de algumas páginas do tratado ilustrado de Mary D'Império sobre o manuscrito Voynich, na edição de luxo de 1994. Leu até que os nomes de John Dee e Roger Bacon pareceram misturar-se e seus olhos começaram a arder. Usando os óculos dobrados para marcar a página, colocou o livro sobre a mesa de cabeceira e apertou o botão que mergulhou o quarto nas trevas. Fez suas orações deitado, autoindulgência da qual teria se envergonhado aos 60 anos, mas que agora já lhe parecia um direito adqui-

---

obras "devem ser lidas como um 'reflexo' ideológico e, portanto, deformado de uma instância exterior a elas que os determina em última análise: a luta de classes" (Maingueneau, 2006, p. 21). Lucien Goldmann, proeminente representante dessa vertente, reconhece que a abordagem marxista do fenômeno literário tem o mérito de oferecer o fundamento científico ao conceito de visão de mundo, ao se propor a integrar o pensamento dos indivíduos ao conjunto da vida social, realizando uma análise da função histórica das classes sociais.

56. Pêcheux reconhece a especificidade da língua (que tem regras próprias de funcionamento), mas limita seu domínio: o sentido, conforme afirma Pêcheux (1975/1988), não é da ordem da língua, não se submetendo, pois, aos seus critérios. A Linguística saussureana, analisa o autor, permitiu a constituição da Fonologia da Morfologia e da Sintaxe, mas não foi suficiente para permitir a constituição da Semântica, lugar de contradições da Linguística. Para ele, o sentido, objeto da Semântica, escapa às abordagens de uma Linguística da língua, já que a significação não é sistematicamente apreendida, devido ao fato de sofrer alterações de acordo com as posições ocupadas pelos sujeitos que enunciam. Nesse sentido é que Pêcheux, considerando que as condições de produção de um discurso são constitutivas de suas significações, propõe uma semântica do discurso, no lugar de uma semântica da língua.

rido. Também lhe sucedia às vezes adormecer antes de concluir as preces; isso também não o inquietava mais. Pensava: "Deus enxerga meu coração; ele sabe que meu pecado não é este, que minhas dívidas são outras".

De repente, estava sentado no alto de uma montanha. O horizonte imenso estendia-se à sua frente; o vento era frio, mas não incomodava.

— Este foi seu último dia sobre a Terra — disse uma voz ao seu lado. Tens agora o direito de fazer um último pedido.

Ao seu lado havia uma forma que a princípio ele tomou por um homem de pé, depois por uma árvore, depois por uma nuvem vertical. Seus traços podiam corresponder a qualquer uma das coisas, e ele imaginou que aquilo era Deus.

— Obrigado, Senhor — disse. Não mereço esta graça.

— Todos os homens a recebem — disse a voz. Não és melhor do que ninguém.

Sem saber o que responder, ele inclinou-se mais uma vez. Pensou: "É meu último dia de vida, isto não deve me amedrontar; é como quando após uma refeição alguém retira de minha frente o prato vazio. Por que me rebelar, se já fruí o que me interessava?".

— Olha para tua mão — disse a voz. O que mais desejas?

Ele fitou a palma da própria mão: viu com espantosa nitidez as linhas e as comissuras da pele, viu as rugosidades, o intrincamento têxtil das camadas superpostas, viu o fervilhar da matéria viva e as células que se partiam e se fundiam umas às outras como gotas d'água.

— Nascer de novo — respondeu ele, sem pensar.

— Queres voltar ao passado?

— Quero nascer de novo, mas no futuro — retrucou. Quero nascer sob a forma de outra pessoa e saber se serei novamente seminarista, e padre, e cardeal, e papa. Quero que algumas destas minhas células sejam transplantadas para um tubo de ensaio e dali talvez para um ventre, de onde eu renasça: corpo, rosto e mente iguais aos que tive quando nasci. Código genético igual ao meu, sem a interferência abastardante de genes de uma fêmea, de uma parideira intrusa. Quero que meu espírito se faça carne, mas quero ser o Pai único de meu Filho.

— Para quê?

Ele ergueu-se e maravilhou-se de ver que mesmo diante de Deus podia ficar de pé quando bem entendesse ("mas, aí", pensou, "é o último dia"). Olhou o vale que se espalhava lá embaixo: à luz roxa que vinha do céu, distinguia florestas, mares, arquipélagos, cidades, desertos de areia intacta, enormes cordilheiras de gelo rodopiando devagar em águas de um azul metálico. Cruzou os braços e virou-se para o vulto.

— Se minha alma existe está ligada sem remissão a este corpo mortal. Se meu corpo se repetir, minha alma permanecerá aqui na Terra. De novo nascerei e serei um menino que irá dançar ao som de pandeiros e rabecas; de novo roubarei frutas, correrei atrás de cães, beijarei a boca de alguma moça de tranças louras. De novo

estudarei o latim e a álgebra, de novo andarei anônimo e de batina por entre homens arrogantes que não suspeitarão o meu futuro. Farei voto de pobreza e viverei depois como um monarca; farei voto de obediência e subirei degrau após degrau das hierarquias de comando; farei voto de castidade... e quem sabe da próxima vez terei mais sorte.

Lá embaixo, no vale, a luz crescia, e ele já enxergava centenas de metrópoles e cada janela de cada casa, e cada rosto adormecido por trás de cada janela.

— Ninguém teve esta segunda chance — disse a voz, mas sem tentar persuadi-lo.

— O que pedem os homens, então?

— Pedem dinheiro, poder, mulheres. Pedem oxímoros, paradoxos: juventude eterna, imortalidade do corpo... Tu pedes que teu corpo se multiplique. E se, em vez de um, fizerem dois? De quantas almas irás precisar? E se fizerem 20, 200?

Ele voltou a sentar-se. Sabia que quem acabara de fazer aquele pedido não era o ancião calejado pelos debates escolásticos, o erudito capaz de enfrentar a teologia e a metafísica em 12 idiomas e, sim, o rapaz que em uma noite de febre sentira pela primeira vez, no pulsar dos próprios gânglios, a semente da morte crescendo dentro de si.

— Vai, pede — disse a voz; e, sem surpresa, ele soube naquele instante que aquela voz não era Deus. Estendeu a mão para o vulto, e tocou nele.

O camareiro, que se chamava Gesualdo, encontrou-o pela manhã, apalpou a pele fria de seu rosto, viu os olhos azuis virados para o teto. Gritou por socorro e teve a preocupação de não tocar em nada no quarto.

Nessa crônica é possível perceber que se cruzam, pelo menos, duas questões mobilizadas pelo autor através do devaneio do Papa, que se vê diante de seu último dia de vida. Antes de iniciarmos esta análise, no entanto, gostaríamos de esclarecer que, ao falarmos em devaneio ou discurso do personagem Papa, estaremos, na verdade, sempre nos referindo a discursos que são mobilizados pelo autor por meio deste personagem. Neste devaneio é delatado um conflito entre dois posicionamentos, um religioso e outro científico. Suspenso entre duas maneiras de conceber a sua existência, o Papa reflete sobre a possibilidade de nascer de novo, "sem a interferência abastardante de uma fêmea, de uma parideira intrusa", numa referência à clonagem de seres humanos, mas se depara com um conflito espiritual: "Tu pedes que teu corpo se multiplique. E se, em vez de um, fizerem dois? De quantas almas irás precisar?".

A Análise do Discurso considera como parte constitutiva do sentido o contexto histórico-social; ela considera as condições em que este texto, por exemplo, foi produzido. Contextualizado num momento histórico em que a clonagem levantava a questão da ética na ciência, nada mais representativo desse contexto que a figura do Papa como contraponto ideológico. Por meio

deste personagem, o autor presentifica no texto o posicionamento religioso católico que faz oposição a uma ciência que se confronta com a concepção de homem como ser espiritual. Se este contexto for ignorado, todo o sentido do texto é alterado. Basta considerar a hipótese de este texto, por exemplo, ter sido escrito no século XIX, em que a clonagem de seres humanos não passava de pura ficção científica e não era, como nos dias atuais, uma possibilidade que a ciência considera. Este texto não teria o estatuto que atribuímos a ele, o de colocar em cena um conflito ideológico atual, mas lhe seria atribuído o estatuto de "ficção científica" por abordar fatos inconcebíveis ao homem da época. O contexto histórico-social, então, as condições de produção, constituem parte do sentido do discurso e não apenas um apêndice que pode ou não ser considerado. Em outras palavras, pode-se dizer que, para a AD, os sentidos são historicamente construídos.

Nesta crônica, é delatado um conflito, um confronto entre forças ideológicas. O conflito, materializado na alternância das posições que o personagem Papa ocupa durante seu devaneio — ora desempenha o papel de autoridade da Igreja Católica, instituição que representa, ora ocupa o lugar de um homem comum fascinado pelas promessas da ciência de sua época —, é caraterístico de posições ideológicas contrárias uma em relação à outra em uma conjuntura dada, ou seja, o conflito é característico de um embate de nossa época. O texto, portanto, não se apresenta como um conjunto de enunciados unificados por posições ideológicas não conflitantes, como algo homogêneo. Ao contrário, o texto se constitui de posicionamentos divergentes cujas fronteiras se intersectam (o próprio devaneio se caracteriza pela ausência de uma demarcação definida entre uma posição e outra); o texto, nesse sentido, é constitutivamente heterogêneo, de modo que não é possível definir a identidade de um desses posicionamentos sem remeter ao outro.

O que se pode dizer do devaneio do Papa? Que ele representa um posicionamento da Igreja Católica com relação à liberdade do homem diante da própria vida? Que ele representa as possibilidades que a ciência moderna oferece ao homem de ser senhor da própria vida? Não é possível optar por apenas uma das hipóteses sem incorrer no risco de desconfigurar o sentido do texto. O devaneio do Papa representa, ao mesmo tempo, o posicionamento católico e o posicionamento da ciência moderna, ele só existe na verdade porque existe um conflito ideológico, ético no caso, entre as duas posições. Como já apontado, Pêcheux e Fuchs (1975/1990) falam em *formação ideológica* (FI) para caracterizar este confronto de forças em um dado momento histórico. Sendo assim, uma formação ideológica comporta necessariamente mais de uma posição capaz de se confrontar uma com a outra. Na verdade, numa formação ideológica, as forças não

precisam estar necessariamente em confronto; elas podem entreter entre si relações de aliança ou também de dominação. A ideia de confronto foi colocada em destaque aqui unicamente em função do texto analisado.

O conceito de formação discursiva (FD), também já apresentado, é mobilizado pela AD de filiação pecheutiana para designar o lugar onde se articulam discurso e ideologia. Nesse sentido é que podemos dizer que uma formação discursiva é governada por uma formação ideológica (FI). Como uma FI coloca em relação necessariamente mais de uma força ideológica, uma formação discursiva sempre colocará em jogo mais de uma posição discursiva. No caso da crônica analisada, temos interligados, por uma relação de forças contraditórias, certo posicionamento da ciência moderna e o posicionamento religioso católico.

Para esclarecer melhor a constituição de uma formação discursiva, gostaríamos de analisar uma tira de Bill Watterson:

Fonte: Watterson, B. *Os dez anos de Calvin*, v. II, 1996.

Calvin, o personagem menino que assume o papel de enunciador do discurso "A força para mudar o que eu puder, a inabilidade de aceitar o que eu não posso e a incapacidade de ver a diferença", enuncia inscrito em uma formação discursiva. Como uma FD é um dos componentes de uma formação ideológica específica, o fechamento, o limite que define uma formação discursiva é instável, pois ela se inscreve em um espaço de embates, de lutas ideológicas. Assim, uma FD não consiste em um limite traçado de maneira definitiva; uma FD se inscreve entre diversas formações discursivas, e a fronteira entre elas se desloca em função dos embates da luta ideológica, sendo esses embates recuperáveis no interior mesmo de cada uma das FDs em relação. Vejamos como isso se dá no discurso de Calvin.

O quadro que se segue foi-nos apresentado por um aluno do 2º ano do curso de Tradutor e Intérprete da Universidade de Franca,[57] por ocasião da leitura da primeira versão deste texto. Nós o reproduzimos aqui como uma contribuição para a explanação do conceito em questão.

FD	FD CRISTÃ	FD NEOLIBERAL
"A força para mudar o que eu puder"	A força para mudar o que puder (objetiva transformar)	A força para mudar o que puder (objetiva uma imposição ditatorial)
"A inabilidade para aceitar o que eu não posso"	A habilidade de aceitar o que não pode ser mudado (resignação diante dos obstáculos intransponíveis)	A inabilidade de aceitar o que não pode ser mudado (revolta e insatisfação diante dos obstáculos intransponíveis)
"A incapacidade de ver a diferença"	A capacidade de ver a diferença (aspira-se à sabedoria)	A incapacidade de ver a diferença (aspira-se somente à realização das vontades pessoais, nada deve detê-las)

O quadro apresentado mostra o discurso de Calvin como decorrente de um embate entre duas formações discursivas, a "FD cristã", enunciada a partir de um lugar ideológico que valoriza a convivência pacífica e equilibrada de um sujeito consigo mesmo e com o próximo, e a "FD neoliberal",[58] enunciada a partir de um lugar ideológico que valoriza a vida pautada pelos desejos pessoais e particulares do sujeito (os nomes dados às FDs são bastante "esquemáticos", no sentido de rotularem os discursos; foram escolhidos em função do que julgamos ser o componente semântico mais característico das FDs em questão e são aqui utilizados apenas para fins didáticos). De acordo com o quadro, um mesmo enunciado pode ser compreendido de duas maneiras, dependendo do lugar ideológico de onde é enunciado. "A força para mudar o que eu puder" pode significar a luta por uma transformação pautada na boa vontade e na solidariedade cristãs ou uma imposição ditatorial pautada pelo egocentrismo e individualismo. Ao mesmo tempo, enunciados como "A inabilidade para aceitar o que eu não posso" e "A incapacidade para ver a diferença", que parecem nos remeter univocamente à "FD neoliberal", no quadro são apresentados como nos remetendo também

57. Agradecemos a Eugênio Rodrigues pela contribuição.

58. Na versão não revista e ampliada deste capítulo, havíamos nomeado esta FD como "FD individualista". Para uma melhor adequação à ideia de posição ideológica, alteramos para "FD neoliberal".

à "FD cristã". O leitor deve estar se perguntando por quê. Uma breve apresentação do conceito de heterogeneidade discursiva poderá esclarecer essa questão. Antes, porém, não poderíamos deixar de fazer uma referência a Bakhtin (1929/1988), que apresenta uma noção de dialogismo sobre a qual se funda grande parte da literatura sobre heterogeneidade discursiva.

Bakhtin (1929/1988) considera que a verdadeira substância da língua é constituída pelo fenômeno social da interação verbal e que o ser humano é inconcebível fora das relações que o ligam ao outro.[59] Partindo desse pressuposto, critica a concepção de língua enquanto estrutura, argumentando que, ao ser tomada como alheia aos processos sociais, passa a não ser articulável com uma prática social concreta, com a história e tampouco com o sujeito.

Segundo Authier-Revuz (1982), um paradigma é constante nos estudos do círculo de Bakhtin: opõem-se o dialógico ao monológico, o múltiplo ao único, o heterogêneo ao homogêneo.[60] O dialogismo do círculo de Bakhtin, no entanto, não tem como preocupação central o diálogo face a face, mas diz respeito a uma teoria de dialogização interna do discurso. É nesse sentido que, para Bakhtin, o discurso, cujo dialogismo se orienta para outros discursos e para o outro da interlocução, instaura-se numa perspectiva plurivalente de sentidos, bem como a própria palavra que, pelo fato de ser atravessada por sentidos constituídos historicamente, não é monológica, não é neutra, mas atravessada pelos discursos nos quais viveu sua existência socialmente sustentada.[61]

Recorrendo a este conceito de dialogismo[62] concebido pelo círculo de Bakhtin, Authier-Revuz (1990) indica algumas formas de heterogeneidade mostrada no discurso, formas que se articulam sobre a realidade da heterogeneidade constitutiva de todo discurso. A heterogeneidade constitutiva, segundo Maingueneau (1997), não é marcada em superfície, mas a AD pode defini-la, formulando hipóteses, a partir do pressuposto da presença constante do Outro na constituição

59. Remetemos o leitor a Brait (1997), uma coletânea de artigos que apresenta estudos sobre os principais conceitos da obra bakhtiniana.

60. Authier-Revuz (1982) é citada em Brandão, H. N., *Introdução à Análise do Discurso*, op. cit., p. 52.

61. Bakhtin (1929/1988).

62. Embora ele se situe na perspectiva da Semântica da Enunciação, cabe citar aqui o texto de Ducrot (1984/1987), "Esboço de uma teoria polifônica da enunciação", em que o autor, contestando a unicidade do sujeito falante, procura mostrar como em um mesmo enunciado é possível detectar mais de uma voz. Remetemos o leitor ao capítulo "Semântica", neste mesmo volume, para maiores informações.

de uma formação discursiva. Authier-Revuz (1982) aponta três tipos de heterogeneidade mostrada:

a) aquela em que o locutor ou usa de suas próprias palavras para traduzir o discurso de um Outro (discurso relatado) ou então recorta as palavras do Outro e as cita (discurso direto);
b) aquela em que o locutor assinala as palavras do Outro em seu discurso, por meio, por exemplo, de aspas, de itálico, de uma remissão a outro discurso, sem que o fio discursivo seja interrompido;
c) aquela em que a presença do Outro não é explicitamente mostrada na frase, mas é mostrada no espaço do implícito, do sugerido, como nos casos do discurso indireto livre, da antífrase, da ironia, da imitação, da alusão.[63]

Essas três formas de heterogeneidade mostrada assinalam a presença do Outro na superfície discursiva de maneira diferente, desde formas mais evidentes (a, b), que Authier-Revuz (1990) classifica como heterogeneidade mostrada marcada, até a forma mais complexa, menos evidente (c), em que a voz do locutor se mistura à do Outro, e que a autora classifica como heterogeneidade mostrada não marcada. No entanto, independentemente dessa classificação, todas essas formas de heterogeneidade estão ancoradas no princípio da heterogeneidade constitutiva do discurso.

Retornando agora à análise da tira de Watterson apresentada no quadro, ficará mais fácil de compreender por que os enunciados "A inabilidade para aceitar o que eu não posso" e "A incapacidade para ver a diferença" são apresentados como remetendo também à "FD cristã".

Nos dois enunciados há a marca da negação — o prefixo *in* —, uma forma de heterogeneidade mostrada marcada na superfície do discurso. Por meio desta marca, o que é negado é justamente o discurso que é apresentado no quadro como remetendo à "FD cristã": "A habilidade para aceitar o que eu não posso" e "A capacidade para ver a diferença". Assim, a negação de um discurso necessariamente nos remete a ele, de forma que ele pode ser percebido como a presença do "Outro" no interior do discurso que o nega.

Já o enunciado "A força para mudar o que eu puder", como já dito anteriormente, também remete à "FD cristã" e à "FD neoliberal", mas pela presença da

63. Authier-Revuz (1982) é citada em Brandão, H. N., *Introdução à Análise do Discurso*, op. cit., p. 50.

heterogeneidade mostrada não marcada na superfície discursiva. É no espaço do sugerido que percebemos esta heterogeneidade, é em função da relação que estabelecemos entre "A força para mudar o que eu puder" e os demais enunciados do discurso de Calvin que percebemos a dupla alusão deste enunciado. Retomando Maingueneau (1997), é formulando hipóteses desse tipo que podemos perceber a presença constante do Outro na constituição de uma formação discursiva, que podemos perceber a realidade da heterogeneidade constitutiva do discurso. A própria Authier-Revuz (1982) considera que os dois níveis de heterogeneidade mostrada, a marcada e a não marcada, são, na verdade, formas linguísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva, sendo a heterogeneidade mostrada não marcada uma forma mais arriscada de negociação porque, ao jogar com a diluição, é mais dificilmente controlada pelo sujeito.

Foi possível perceber, então, que existe, numa formação discursiva, sempre a presença do Outro, e é esta presença que confere ao discurso o caráter de ser heterogêneo. O quadro apresentado a partir da análise da tira de Watterson dá visibilidade a esse caráter heterogêneo do discurso. Apesar de Calvin enunciar de um lugar ideológico, digamos, "neoliberal", os embates entre este lugar ideológico e o "cristão" são recuperáveis no interior mesmo da FD. Calvin, ao ironizar o discurso cristão negando-o através de uma paródia, recupera-o como parte constitutiva do discurso. É em função desse modo de funcionamento discursivo que Maingueneau (1997) — considerando, na esteira de Pêcheux, que uma formação discursiva não pode ser compreendida como um bloco compacto e fechado, mas que ela é definida a partir de uma incessante relação com o Outro — afirma o primado do interdiscurso sobre o discurso. Para ele, como já dissemos anteriormente, a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos. Os diversos discursos que atravessam uma FD não passam de componentes, ou seja, em termos de gênese, tais discursos não se constituem independentemente uns dos outros para serem, em seguida, postos em relação, mas se formam de maneira regulada no interior de um interdiscurso. Será a relação interdiscursiva, pois, que estruturará a identidade das FDs em questão. A AD-3 e as recentes pesquisas tomam, como já apontado, o interdiscurso como um pressuposto teórico.

O pressuposto do primado do interdiscurso sustenta-se muito bem na crônica "Um só seu filho", pois o sentido do texto não pode ser apreendido em um espaço fechado, dependente de uma posição enunciativa absoluta ou de outra, mas ele deve ser apreendido como circulação dissimétrica de uma posição enunciativa à outra. Observemos dois trechos.

Quando a voz pergunta ao Papa qual era o seu último pedido, o Papa, depois de alguma hesitação, responde:

> — Quero nascer de novo, mas no futuro — retrucou. Quero nascer sob a forma de outra pessoa e saber se serei novamente seminarista, e padre, e cardeal, e papa. Quero que algumas destas minhas células sejam transplantadas para um tubo de ensaio e dali talvez para um ventre, de onde eu renasça: corpo, rosto e mente iguais aos que tive quando nasci. Código genético igual ao meu, sem a interferência abastardante de genes de uma fêmea, de uma parideira intrusa. Quero que meu espírito se faça carne, mas quero ser o Pai único de meu Filho.

Nesse trecho, podemos perceber que há um diálogo incessante entre a "voz" da ciência — "Código genético igual ao meu, sem a interferência abastardante de genes de uma fêmea, de uma parideira intrusa." — e a "voz" da religião — "Quero que meu espírito se faça carne, mas quero ser o Pai único de meu Filho". A posição enunciativa do sujeito do discurso, no caso o personagem Papa, mobilizado pelo autor como responsável por esta enunciação, circula dissimetricamente pelo espaço interdiscursivo, na medida em que ora enuncia de uma posição, ora de outra.

O mesmo ocorre quando esse personagem faz uma reflexão a respeito do que ele voltaria a viver se nascesse de novo. Atravessando o discurso sobre a sua trajetória na Igreja Católica, é possível perceber a presença de um discurso de crítica à Igreja, uma vez que faz referência à arrogância de alguns de seus companheiros, ao mesmo tempo que deixa entrever em sua fala um certo sentimento de orgulho e desforra ao referir-se ao seu brilhante futuro: "De novo estudarei o latim e a álgebra, de novo andarei anônimo e de batina por entre homens arrogantes que não suspeitarão o meu futuro".

Nesses dois trechos, o personagem ora enuncia de um lugar ideológico, ora de outro. Os trabalhos mais recentes da AD não considerariam que os dois polos enunciativos de onde enuncia o personagem Papa são constituídos *a priori* e só então colocados em relação, mas que essa circulação dissimétrica de uma posição enunciativa à outra ocorre devido ao fato de o campo discursivo (Maingueneau, 1984/2008) — conjunto de formações discursivas com mesma função social que se encontram em concorrência, aliança ou neutralidade aparente e que se divergem sobre o modo pelo qual tal função deve ser preenchida —, no qual o sujeito do discurso se inscreve e circula, caracterizar-se essencialmente por ser um espaço interdiscursivo. Do ponto de vista da AD, seria possível dizer que o efeito de devaneio do sujeito-personagem é construído sobre a possibilidade de circulação entre posições enunciativas que o campo discursivo oferece.

3.2. A noção de sentido para a AD

Considerando o que foi apresentado até aqui, seria quase redundante dizer que, para a AD, o(s) sentido(s) de uma formação discursiva depende(m) da relação que ela estabelece com as formações discursivas no interior do espaço interdiscursivo.

A heterogeneidade constitutiva do discurso o impede, como vimos, de ser um espaço "estável", "fechado", "homogêneo", mas não o redime de estar inserido em um espaço controlado, demarcado pelas possibilidades de sentido que a formação ideológica pela qual é governado lhe concede. Uma formação discursiva, apesar de heterogênea, sofre as coerções da formação ideológica em que está inserida. Sendo assim, as sequências linguísticas possíveis de serem enunciadas por um sujeito já estão, em alguma medida, previstas, porque o espaço interdiscursivo se caracteriza pela defasagem entre uma e outra formação discursiva. Explicando melhor: as sequências linguísticas possíveis de serem enunciadas por um sujeito circulam entre esta ou aquela formação discursiva que compõem o interdiscurso.

O devaneio do personagem Papa é bastante esclarecedor nesse sentido. Ora o personagem fala a partir de um posicionamento ideológico, ora de outro. Ora é o representante da Igreja Católica diante de Deus — "Obrigado, Senhor. Não mereço esta graça" —, ora é apenas um homem moderno atormentado pela ideia da morte — "Nascer de novo".

Mas não seria inverossímil o personagem Papa, mobilizado pelo autor como responsável pela enunciação, pedir para nascer de novo? É justamente neste ponto que a AD se mostra bastante esclarecedora. Para a Análise do Discurso, o que está em questão não é o sujeito em si; o que importa é o lugar ideológico de onde enunciam os sujeitos. Em outras palavras, no espaço interdiscursivo, enunciando do interior de uma formação discursiva de cunho ideológico cristão-católico, o personagem jamais poderia pedir para nascer de novo. Ao fazer esse pedido, o que ocorre é que ele deixa de enunciar inscrito em uma FD de cunho cristão-católico e passa a enunciar de um outro lugar ideológico, estando inscrito, assim, em outra formação discursiva. Dessa forma, apesar do caráter constitutivamente heterogêneo do discurso, não se pode concebê-lo como livre de restrições. O que é e o que não é possível de ser enunciado por um sujeito já está, em alguma medida, demarcado pela própria formação discursiva na qual está inserido. Os sentidos possíveis de um discurso, portanto, são sentidos fortemente condicionados pela própria identidade de cada uma das formações discursivas colocadas em relação no espaço interdiscursivo.

No entanto, apesar de os sentidos possíveis de um discurso estarem fortemente condicionados, eles não são constituídos *a priori*, ou seja, eles não existem

antes do discurso. O sentido vai se constituindo à medida que se constitui o próprio discurso. Não existe, portanto, o sentido em si, ele vai sendo determinado simultaneamente às posições ideológicas que vão sendo colocadas em jogo na relação entre as formações discursivas que compõem o interdiscurso.

Se tomarmos como exemplo a própria constituição da crônica "Um só seu filho", ou melhor, se a tomarmos como uma metáfora de como se constitui o sentido para a AD, ficará mais fácil de compreender a noção de sentido.

O sentido (ou os sentidos) da crônica não é dado *a priori*, mas vai sendo construído à medida que se constrói o texto. Não se tem *a priori* com muita clareza o que está efetivamente ocorrendo com o personagem Papa. O personagem vai se constituindo à medida que o texto vai sendo construído e, por sua vez, vai-se construindo o sentido do texto à medida que se dá a sua própria constituição. Esse sentido, no entanto, não é qualquer sentido, mas está, de certa forma, previsto pelas forças ideológicas colocadas em jogo na crônica. A AD diria que os sentidos possíveis para esta crônica deslocam-se entre (e aqui diremos de maneira bastante esquemática e simplificadora, apenas para exemplificar) a "formação discursiva da ciência" e a "formação discursiva católica". No espaço de circulação entre essas duas formações discursivas é que residiria o sentido. O sentido, portanto, não é único, já que se dá num espaço de heterogeneidade, mas é necessariamente demarcado.

Um outro exemplo que pode ser esclarecedor é pensarmos nas propagandas eleitorais que a cada quatro anos assistimos pela televisão. Os discursos de cada partido ou político não são elaborados previamente e guardados em gavetas até a data prevista para serem enunciados na TV. Mas, à medida que vai se dando o embate político entre partidos e candidatos, os discursos vão sendo escritos, reescritos, e os sentidos, então, vão sendo constituídos no próprio processo de constituição dos discursos. Evidentemente, não são quaisquer sentidos que são constituídos a partir de uma formação discursiva, como já foi dito anteriormente, mas somente aqueles possíveis pela configuração da formação ideológica que rege determinado discurso. Assim, considerando o contexto político-histórico-social do Brasil nos anos de 1980, por exemplo, dificilmente ouviríamos de um candidato do PT algo como "Vamos privatizar os setores básicos da economia" ou, então, de um candidato do PFL, "Abaixo a privatização".

3.3. O conceito de sujeito na AD

Não fica muito difícil de prever, considerando o percurso que fizemos até aqui, de que maneira a subjetividade é concebida pela AD. Para abordarmos essa

questão, consideraremos as fases da AD apresentadas anteriormente, já que, decorrente de cada noção de discurso, têm-se diferentes noções de sujeito.

Na AD-1, como cada processo discursivo é gerado por uma "máquina discursiva", o sujeito não poderia ser concebido como um indivíduo que fala ("eu falo"), como fonte do próprio discurso. O sujeito, para a AD-1, é concebido como sendo assujeitado à maquinaria [para utilizar um termo do próprio Pêcheux (1983/1990)], já que está submetido às regras específicas que delimitam o discurso que enuncia. Assim, segundo essa concepção de sujeito, "quem de fato fala é uma instituição, ou uma teoria, ou uma ideologia".[64]

Na AD-2, a noção de sujeito sofre uma alteração. Não existe mais, neste segundo momento, a noção de um sujeito marcado pela ideia de unidade, tal como era concebido na AD-1. Diferentemente, o sujeito passa a ser concebido como aquele que desempenha diferentes funções de acordo com as várias posições que ocupa no espaço interdiscursivo. Dessa forma, na AD-2, "vigora a ideia de que o sujeito é uma função, e que ele pode estar em mais de uma".[65] No entanto, nesta segunda fase, o sujeito, apesar da possibilidade de ocupar diferentes posições, não é totalmente livre; ele sofre as coerções da formação discursiva do interior da qual enuncia, já que esta é regulada por uma formação ideológica. Em outras palavras, o sujeito do discurso ocupa um lugar de onde enuncia, e é este lugar, entendido como a representação de traços de determinado lugar social (o lugar do professor, do político, do publicitário, por exemplo), que determina o que ele pode ou não dizer a partir dali. Ou seja, este sujeito, ocupando o lugar que ocupa no interior de uma formação social, é dominado por uma determinada formação ideológica que preestabelece as possibilidades de sentido de seu discurso.

Com relação, portanto, às concepções de sujeito da AD-1 e da AD-2, pode-se dizer que, apesar de diferentes, elas são influenciadas por uma teoria da ideologia que coloca o sujeito no quadro de uma formação ideológica e discursiva (Brandão, 1994). Nesse sentido é que, para a AD, não existe o sujeito individual, mas apenas o sujeito ideológico: a ideologia se manifesta (é falada) através dele.

Na AD-3, por sua vez, a noção de sujeito sofre um deslocamento que inaugura uma nova vertente, bastante atual, da Análise do Discurso. Compatível com uma noção de discurso marcado radicalmente pela heterogeneidade — afirma-se na AD-3 o primado do interdiscurso —, tem-se um sujeito essencialmente heterogêneo e descentrado.

64. Possenti, S. *Apresentação da Análise do Discurso*. Campinas, [19--]b. (mimeografado)

65. Idem.

Os trabalhos de Authier-Revuz,[66] em torno dos quais se desenvolve essa nova vertente, incorporam descobertas das teorias do inconsciente, que consideram que o centro do sujeito não é mais o estágio consciente, mas que ele é dividido, clivado entre o consciente e o inconsciente. Inserido nesta base conceitual, o sujeito da AD se movimenta entre esses dois polos sem poder definir-se em momento algum como um sujeito inteiramente consciente do que diz. Nesse sentido, o "eu" perde a sua centralidade, deixando de ser senhor de si, já que o "outro", o desconhecido, o inconsciente, passa a fazer parte de sua identidade. O sujeito é, então, um sujeito descentrado, constitutivamente heterogêneo, da mesma forma como o discurso o é. Para Authier-Revuz (1982), a heterogeneidade mostrada é uma tentativa do sujeito de explicitar a presença do outro no fio discursivo, na busca de harmonizar as diferentes vozes que atravessam o seu discurso, na busca pela unidade, mesmo que ilusória.

Apresentadas as concepções de sujeito em três diferentes fases da AD, é possível perceber que, apesar de distintas, elas possuem uma característica em comum: o sujeito não é senhor de sua vontade; ou temos um sujeito que sofre as coerções de uma formação ideológica e discursiva, ou temos um sujeito submetido à sua própria natureza inconsciente.

É preciso salientar, também, que, ao contrapormos uma primeira vertente (AD-1 e AD-2) a uma segunda, mais atual, o fizemos de maneira a focalizar apenas os aspectos discriminadores entre essas vertentes. No entanto, Authier-Revuz, ao privilegiar o enfoque da dimensão do inconsciente como constitutiva da linguagem e do sujeito, não deixa de concebê-los — linguagem e sujeito — no interior de uma perspectiva discursiva em que se articulam com o social e, portanto, com o ideológico. Por sua vez, a AD-1 e a AD-2, ao conceberem o sujeito como interpelado pela ideologia, não deixam de concebê-lo também como um sujeito inconsciente. Os esquecimentos 1 e 2 de que tratam Pêcheux e Fuchs (1975/1990) são uma evidência disso. Segundo os autores, o sujeito se ilude duplamente: a) por "esquecer-se" de que ele mesmo é assujeitado pela formação discursiva em que está inserido ao enunciar (esquecimento nº 1); b) por crer que tem plena consciência do que diz e que por isso pode controlar os sentidos de seu discurso (esquecimento nº 2). Esses dois esquecimentos estão constitutivamente relacionados ao conceito de assujeitamento ideológico, ou interpelação ideológica, que "consiste em fazer com que cada indivíduo (sem que ele tome consciência disso, mas, ao contrário, tenha a impressão de que é senhor de sua própria vontade) seja levado a ocupar seu lugar,

66. Ver Authier-Revuz (1982, 1990 e 1998).

a identificar-se ideologicamente com grupos ou classes de uma determinada formação social".[67]

O personagem Papa, tal como foi constituído pelo autor da crônica, é uma boa metáfora de como se constitui o sujeito para a AD. Exemplificaremos aqui a constituição desse sujeito, considerando-o apenas a partir das perspectivas da AD-2 e da AD-3, por serem essas as perspectivas que se mostraram mais produtivas no campo da Análise do Discurso.

Na perspectiva da AD-3, diríamos que o personagem Papa é um personagem heterogêneo, descentrado, que por alguns momentos crê que tem consciência do que diz — "Nascer de novo" —, mas que, a seguir, se depara com a própria inconsciência — "Sabia que quem acabara de fazer aquele pedido não era o ancião calejado pelos debates escolásticos, o erudito capaz de enfrentar a teologia e a metafísica em 12 idiomas". O personagem em questão é uma metáfora de um sujeito dividido pela própria inconsciência.

Na perspectiva da AD-2, por sua vez, diríamos que o personagem Papa é assujeitado pelas formações discursivas colocadas em relação no texto, por enunciar apenas o que já está previsto por estas mesmas FDs. Assim, o personagem enuncia inscrito num espaço discursivo demarcado pela formação ideológica que o rege. De acordo com o que vimos analisando da crônica em questão, diríamos, de maneira bastante esquemática, que este personagem enuncia inscrito em um espaço discursivo que coloca em uma relação de conflito dois posicionamentos, um religioso e outro científico; enunciará, portanto, apenas o que está previsto como enunciados possíveis para estas FDs.

3.4. As condições de produção do discurso

A dupla ilusão do sujeito de que tratam Pêcheux e Fuchs (1975/1990), abordada anteriormente, é, para a AD, constitutiva das condições de produção do discurso. Como decorrência dessa dupla ilusão, manifestações que se dão no nível da superfície discursiva, como a heterogeneidade mostrada, foram interpretadas por Pêcheux (1969/1990) como uma evidência dessa relação imaginária que o sujeito tem com o próprio discurso, como uma manifestação da tentativa (ilusória) de controlar o próprio discurso.

Assim, para a AD, o sujeito, por não ter acesso às reais condições de produção de seu discurso, representa essas condições de maneira imaginária. É o

67. Brandão, H. N. *Introdução à Análise do Discurso*, op. cit., p. 89.

que Pêcheux (1969/1990) chama de jogo de imagens de um discurso. Reproduziremos a seguir o quadro que o próprio autor apresenta:

Expressão que designa as formações imaginárias		Significação da expressão	Questão implícita cuja "resposta" subentende a formação imaginária correspondente
A	$I_A(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	"Quem sou eu para lhe falar assim?"
	$I_A(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	"Quem é ele para que eu lhe fale assim?"
B	$I_B(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	"Quem sou eu para que ele me fale assim?"
	$I_B(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	"Quem é ele para que me fale assim?"
A	$I_A(R)$	"Ponto de vista" de A sobre R	"De que lhe falo assim?"
B	$I_B(R)$	"Ponto de vista" de B sobre R	"De que ele me fala assim?"

A fim de facilitar a compreensão desse quadro[68] para o leitor, vamos apresentá-lo dividindo-o em dois blocos:

1. A imagem que o sujeito, ao enunciar seu discurso, faz:
   a) do lugar que ocupa;
   b) do lugar que ocupa seu interlocutor;
   c) do próprio discurso ou do que é enunciado.
2. A imagem que o sujeito, ao enunciar seu discurso, faz da imagem que seu interlocutor faz:
   a) do lugar que ocupa o sujeito do discurso;
   b) do lugar que ele (interlocutor) ocupa;
   c) do discurso ou do que é enunciado.

68. Remetemos o leitor a Osakabe (1979), que, além fazer uma apresentação bastante esclarecedora do jogo de imagens de Pêcheux (1969), reestrutura esse quadro mostrando a necessidade de se considerar os atos de linguagem como pertinentes às condições de produção. Assim, teríamos outra representação: "O que A pretende falando dessa forma?".

Esse jogo de imagens, mesmo estabelecendo as condições de produção do discurso, ou seja, aquilo que o sujeito pode/deve ou não dizer, a partir do lugar que ocupa e das representações que faz ao enunciar, não é preestabelecido antes que o sujeito enuncie o discurso, mas este jogo vai se constituindo à medida que se constitui o próprio discurso. Em outras palavras, o sujeito não é livre para dizer o que quer, a própria opção do que dizer já é em si determinada pelo lugar que ocupa no interior da formação ideológica à qual está submetido, mas as imagens que o sujeito constrói ao enunciar só se constituem no próprio processo discursivo.

Ainda mais uma vez nos valeremos da metáfora do personagem, agora para explicar como as imagens se constituem no próprio processo discursivo. O discurso do sujeito-personagem não está constituído *a priori*, mas vai se delineando à medida que ele representa a voz que lhe fala, a partir das imagens que faz do que lhe é dito. Assim, por exemplo, num primeiro momento, coloca-se como um sujeito que não teme a morte — "É meu último dia de vida, isto não deve me amedrontar; é como quando após uma refeição alguém retira de minha frente o prato vazio. Por que me rebelar, se já fruí o que me interessava?" —, mas redefine todo seu discurso a partir da imagem que faz de si naquele momento — "Ele fitou a palma da própria mão: viu com espantosa nitidez as linhas e as comissuras da pele, viu as rugosidades, o intrincamento têxtil das camadas superpostas, viu o fervilhar da matéria viva e as células que se partiam e se fundiam umas às outras como gotas d'água". É nesse sentido que o jogo de imagens faz parte das condições de produção de um discurso, na medida em que as imagens que o sujeito vai construindo ao enunciar vão definindo e redefinindo o processo discursivo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordamos neste artigo o que julgamos ser fundamental para um primeiro contato com a Análise do Discurso, buscando, ao mesmo tempo, esclarecer, por meio das análises aqui apresentadas, alguns dos conceitos que foram colocados. Queremos ressaltar, no entanto, que este texto não esgota de forma alguma as questões que são colocadas pela AD; propõe-se apenas a ser uma porta de entrada possível para o campo, fornecendo ao leitor alguns subsídios para que ele possa iniciar seus estudos na área.

Assim, concluir este texto significa apenas concluir a reflexão que fizemos nestas poucas páginas, já que muitas questões poderiam ainda ser aqui conside-

radas. Optamos, então, por concluí-lo retomando apenas um aspecto já abordado neste capítulo, por julgarmos crucial enfatizá-lo ao falarmos em Análise do Discurso: sua especificidade.

O leitor deve ter percebido, ao entrar em contato com os conceitos que embasam a AD, que a definição de todos eles se fundamenta sobre uma característica em comum, que chamaremos aqui de constitutividade: o discurso, o sentido, o sujeito, as condições de produção vão se constituindo no próprio processo de enunciação. E não poderia ser diferente. A AD, ao conceber o discurso como sendo de natureza, ao mesmo tempo linguística e sócio-histórica, não poderia constituir-se enquanto disciplina no interior de fronteiras rígidas, que não levassem em conta sua intrínseca relação com determinadas áreas das ciências humanas — como a História, a Sociologia, a Psicanálise — e com certas tendências desenvolvidas no interior da própria Linguística — como a Semântica da Enunciação e a Pragmática, por exemplo.

Devido a esse caráter eminentemente "relacional", a Análise do Discurso se apresenta como uma disciplina em constante processo de constituição, de onde decorre a constitutividade dos próprios conceitos que a fundamentam. Esse caráter "relacional", diriam alguns, poderia colocar a AD numa situação de extrema fugacidade. No entanto, não é esse o perigo que a espreita. Na verdade, o único perigo que poderia colocá-la em xeque seria o de não reconhecermos sua especificidade e tentarmos excluir de seu campo as contradições, em vez de simplesmente tentarmos apreendê-las na materialidade discursiva.

Se o leitor tiver apreendido esse caráter da Análise do Discurso, terá compreendido sua característica fundamental. O mais será uma questão de interesse que, obviamente, esperamos ter despertado com esta introdução.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Trad. J. J. Moura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1974. (Título original, 1970.)

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: ORLANDI, E. P.; GERALDI, J. W. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, Unicamp-IEL, n. 19, jul./dez., 1990.

______. Hétérogénéité montrée e hétérogénéité constitutive: élements pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV — Revue de Linguistique*, n. 26, 1982.

______. *Palavras incertas*: as não coincidências do dizer. Trad. C. R. C. Pfeiffer et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. (Título original, 1992.)

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. M. Lahud e Y. F. Vieira. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1988. (Título original, 1929.)

BENVENISTE, E. O aparelho formal de enunciação. In: ______. *Problemas de linguística geral II*. Trad. E. Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1989. (Título original, 1974.)

______. O homem na língua. In: ______. *Problemas de linguística geral*. Trad. M. G. Novak e L. Neri. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp, 1976. (Título original, 1966.)

BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

______. Análise do discurso: balanço e perspectivas. In: NASCIMENTO, E. M. F. S.; GREGOLIN, M. do R. V. (Orgs.). *Problemas atuais da análise do discurso*. Araraquara: Editora da Unesp, n. 1, 1994.

BRANDÃO, H. N. A subjetividade no discurso. In: NASCIMENTO, E. M. F. S.; GREGOLIN, M. do R. V. (Orgs.). *Problemas atuais da análise do discurso*. Araraquara: Editora da Unesp, n. 1, 1994.

______. *Introdução à análise do discurso*. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1998a.

______. *Subjetividade, argumentação, polifonia*: a propaganda da Petrobrás. São Paulo: Editora da Unesp, 1998b.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. 3. ed. Tradução de E. F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1998. (Título original, 1980.)

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

COURTINE, J-J. Análise do discurso político: a propósito do discurso comunista dirigido aos cristãos. *Revista Langages*, n. 62, 1981. (Tradução de Sírio Possenti, circulação restrita.)

DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: ______. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987. (Título original, 1984.)

FIORIN, J. L. Tendências da análise do discurso. *Cadernos de estudos linguísticos*. Campinas: Unicamp-IEL, n. 19, jul./dez., 1990.

FOUCAULT, M. *História da loucura*: na idade clássica. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008. (Título original, 1961.)

______. *O nascimento da clínica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. (Título original, 1963.)

______. *A ordem do discurso*. Trad. L. F. de A. Sampaio. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996. (Título original, 1971.)

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. 7. ed. Trad. L. F. Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Título original, 1969.)

FREUD, S. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

GERALDI, J. W.; ILARI R. *Semântica*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1985. (Série Princípios.)

GRANGER, G. G. Língua e sistemas formais. In: SUMPF et al. (Orgs.). *Filosofia da linguagem*. Coimbra: Almedina, 1973.

GREGOLIN, M. do R. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso*: diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2004.

HAROCHE, C. *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992. (Título original, 1983.)

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PECHÊUX, M. La semantique et la coupure saussuriense: langue, langage, discours. *Langages*, n. 24. Paris: Didier-Larrousse, 1971.

HARRIS, Z. Analyse du discours. *Langage*, n. 13. Paris: Didier Larousse, 1969.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da "Análise automática do discurso" de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

JAKOBSON, R. Linguística e poética. In: ______. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1970. (titulo original, 1960.)

LAHUD, M. *A propósito da noção de dêixis*. São Paulo: Ática, 1979.

LÖWY, M. *Ideologias e ciência social*: elementos para uma análise marxista. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

MAINGUENEAU, D. Análise do discurso: a questão dos fundamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas: Unicamp-IEL, n. 19, jul./dez., 1990.

______. *Gênese dos discursos*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2008. (Título original, 1984.)

______. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1997. (Título original, 1987.)

______. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

MALDIDIER, D. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura*: da história no discurso. Trad. B. S. Z. Mariani et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Trad. Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (Título original, 1946)

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso*: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento*: as formas do discurso. 2. ed. Campinas: Pontes, 1987.

OSAKABE, H. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós Livraria e Editora Ltda., 1979.

PÊCHEUX, M. A Análise do discurso: três épocas. Trad. J. de A. Romualdo. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. (Título original, 1983.)

______. Análise automática do discurso (AAD-69). Trad. E. P. Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. (Título original, 1969.)

______. *Semântica e discurso:* uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. E. P. Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1988. (Título original, 1975.)

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Trad. P. Cunha. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. (Título original, 1975.)

PÊCHEUX, M. et al. Apresentação da análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. (Título original, 1982.)

PINTO, J. M. Lacan e o ideal de matema. In: MARI, H.; DOMINGUES, I.; PINTO, J. (Orgs.). *Estruturalismo*: memória e repercussões. Rio de Janeiro: Diadorim/UFMG, 1995.

POSSENTI, S. *A heterogeneidade e a noção de interdiscurso*. Campinas, [19--]a (Mimeo.)

______. *Apresentação da análise do discurso*. Campinas, [19_]b (Mimeo.)

______. Estruturalismos não estruturalistas. In: MARI, H.; DOMINGUES, I.; PINTO, J. (Orgs.). *Estruturalismo*: memória e repercussões. Rio de Janeiro: Diadorim/UFMG, 1995.

______. O dado *dado* e o dado **dado** (O dado em Análise do Discurso). In: CASTRO, M. F. P. de (Org.). *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

______. Sobre as noções de sentido e de efeito de sentido. In: POSSENTI, S.; CHACON, L. (Orgs.). *Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências*: Análise do Discurso. Marília: Editora da Unesp, v. 6, n. 2, 1997.

______. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística*: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3.

POSSENTI, S.; MUSSALIM, F. Contribuições de Dominique Maingueneau à Análise do Discurso. In: PAULA, L. de; STAFUZZA, G. (Orgs.). *Da análise do discurso no*

Brasil à análise do discurso do Brasil: três épocas histórico-analíticas. Uberlândia: Edufu, 2010.

SANTIAGO, J. Jacques Lacan: a estrutura dos estruturalistas e a sua. In: MARI, H.; DOMINGUES, I.; PINTO, J. (Orgs.). *Estruturalismo*: memória e repercussões. Rio de Janeiro: Diadorim/UFMG, 1995.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. Trad. A. Chelini et al. São Paulo: Cultrix, 1974. (Título original, 1916.)

SEARLE, J. R. *Os actos de fala*: um ensaio de filosofia da linguagem. Coimbra: Almedina, 1981.

SILVA, S. M. Morfologia: (de)pendência estrutural sistemática. In: MARI, H.; DOMINGUES, I.; PINTO, J. (Orgs.). *Estruturalismo*: memória e repercussões. Rio de Janeiro: Diadorim/UFMG, 1995.

TAVARES, Bráulio. Um só filho seu. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 16 de março de 1997. Caderno Mais.